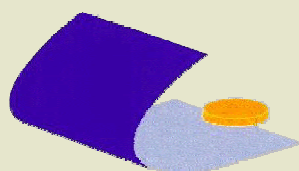


Relatório do Conselho de Administração 1999



Banco de Cabo Verde

Banco de Cabo Verde
Avenida Amilcar Cabral, C.P. 101
Telefone: (238) 607000; Fax: (238) 614447
E-mail: DEE@bcv.cv
Internet: <http://www.bcv.cv>

BANCO DE CABO VERDE

***RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO***

***GERÊNCIA
DE
1999***

RELATÓRIO E CONTAS

***PRAIA
2000***

ÍNDICE

<i>Apresentação.....</i>	<i>9</i>
--------------------------	----------

Capítulo I – A Economia Caboverdiana em 1999

I.1 - ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....	11
I.2 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA NACIONAL.....	14
I.2.1 - PROCURA, PRODUÇÃO, PREÇOS E MERCADO DE TRABALHO.....	14
I.2.1.1 - PROCURA.....	14
I.2.1.1.1 - CONSUMO.....	15
I.2.1.1.2 - INVESTIMENTO.....	15
I.2.1.1.3 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES.....	16
I.2.1.2 - PRODUÇÃO.....	18
I.2.1.2.1 - AGRICULTURA E PESCA.....	18
I.2.1.2.2 - INDÚSTRIA.....	18
I.2.1.2.3 - CONSTRUÇÃO.....	19
I.2.1.2.4 - SERVIÇOS.....	19
I.2.1.2.5 - TURISMO.....	20
I.2.1.3 - PREÇOS.....	22
I.2.1.4 - MERCADO DE TRABALHO.....	24
I.2.2 - SECTOR EXTERNO.....	27
I.2.2.1 - BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	27
I.2.2.1.1 - BALANÇA CORRENTE.....	29
I.2.2.1.1.1 - BALANÇA DE BENS.....	29
I.2.2.1.1.2 - BALANÇA DE SERVIÇOS.....	31
I.2.2.1.1.3 - BALANÇA DE RENDIMENTOS.....	32
I.2.2.1.1.4 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	33
I.2.2.1.2 - BALANÇA DE CAPITAIS E FINANCEIRA	34
I.2.2.1.3 - FINANCIAMENTO.....	34
I.2.2.2 - DÍVIDA EXTERNA.....	35
I.2.2.3 - MERCADO CAMBIAL.....	36
I.2.3 - FINANÇAS PÚBLICAS.....	37
I.2.3.1 - RECEITAS PÚBLICAS.....	38

I.2.3.2 - DESPESAS PÚBLICAS.....	40
I.2.3.3 - DÍVIDA PÚBLICA.....	41
I.2.3.4 - MERCADO DE TÍTULOS.....	43
I. 2.3.4.1 - MERCADO DE BILHETES E DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO	43
I.2.4 - SITUAÇÃO MONETÁRIA.....	45
I.2.4.1 - ANÁLISE DO COMPORTAMENTO MONETÁRIO EM 1999.....	45
I.2.4.2 - CONTRAPARTIDAS DE CRIAÇÃO MONETÁRIA.....	47
I.2.5 - TAXA DE JURO.....	49
 I.3 – SISTEMA FINANCEIRO.....	 51
I.3.1 - INTRODUÇÃO.....	51
I.3.2 - ESTRUTURA BANCÁRIA.....	51
I.3.2.1 - ESTRUTURA DO BALANÇO AGREGADO DO SISTEMA FINANCEIRO.....	52
I.3.2.1.1 - EVOLUÇÃO DO ACTIVO.....	53
I.3.2.1.2 - EVOLUÇÃO DO PASSIVO.....	54
I.3.2.1.3 - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO.....	54
I.3.2.2 - INDICADORES DO SISTEMA BANCÁRIO.....	55
I.3.3 - ESTRUTURA SEGURADORA.....	55
I.3.3.1 - MERCADO SEGURADOR.....	56
I.3.3.2 - CARTEIRA DE PRÉMIOS.....	56
I.3.3.3 - SINISTRALIDADE.....	58
I.3.3.4 - ASPECTOS FINANCEIROS.....	59

Capítulo II - Relatório e Contas

II.1 - ACTIVIDADES DO BANCO DE CABO VERDE EM 1999.....	61
 II.1.1 - ATRIBUIÇÕES DO BANCO DE CABO VERDE.....	 61
II.1.1.1 - GESTÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA E CAMBIAL	61
II.1.1.2 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA.....	61
II.1.2.3 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA CAMBIAL.....	61
II.1.2 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS.....	61
II.1.2.1 - DEPARTAMENTO DE EMISSÃO E MERCADOS.....	62
II.1.2.2 - DEPARTAMENTO DE ESATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÓMICOS.....	62
II.1.2.3 - DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO.....	63
II.1.2.4 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E SISTEMAS DE PAGAMENTO.....	63
II.1.2.5 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, PLAN. E SIST.DE INFORMAÇÃO.	64
II.1.2.6 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E SERVIÇOS DE APOIO.....	64
II.1.2.7 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JURÍDICOS.....	64
II.1.3 - COOPERAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	64

II.2 - RELATÓRIO E CONTAS

II.2.1 - ANÁLISE DO BALANÇO.....	68
II.2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCICIO.....	72
II.2.2.1 - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCICIO.....	73
II.2.3 - AUDITORIA.....	75

Apresentação

Em 1999, a política macro-económica continuou a orientar-se no sentido da prossecução de objectivos conducentes à promoção do crescimento económico e manutenção de equilíbrios internos e externos.

Com efeito, os principais indicadores apontam para uma dinâmica positiva da actividade económica.

Assim, a envolvente macro-económica que se vem desenvolvendo na sequência da implementação de reformas económicas, consubstanciadas na crescente liberalização e modernização do sector económico, a conjuntura internacional, com a Europa e os EUA numa fase de expansão económica e baixa inflação, foram propícias ao crescimento do produto nacional, que atingiu taxas da ordem dos 8%, segundo as estimativas do Banco de Cabo Verde, e à manutenção da tendência de abrandamento da taxa de inflação, tendo-se situado nos 4,3%. Apesar desta dinâmica positiva de evolução da actividade económica, a taxa média de desemprego, segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional - I.E.F.P. - situou-se nos 25,4%, reflectindo a natureza estrutural desta questão.

No âmbito do programa de privatizações, registaram-se importantes entradas líquidas de capital que, aliadas, sobretudo, às entradas resultantes das transferências das entidades oficiais e das remessas de emigrantes, reflectiram-se de forma positiva no saldo global da balança de pagamentos, não obstante o agravamento do défice da balança corrente, explicado pelo forte dinamismo da procura interna e elevados investimentos em curso. Com efeito, em 1999, o saldo orçamental deteriorou-se em relação ao ano transacto, tendo o défice público global (base engagements) atingido os 4503 milhões de escudos, ou seja, 7,6% do PIB, contra os 4% registados em 1998.

O contexto de evolução económica nacional caracterizado pelo acréscimo da dinâmica da actividade económica interna, pelo abrandamento dos níveis de inflação e pela melhoria da posição externa foi determinante para o crescimento dos agregados monetários. Efectivamente, a massa monetária e o crédito à economia cresceram a taxas de 15,2% e 15,7%, respectivamente.

As entradas líquidas pela via do Investimento Directo Estrangeiro contribuíram para o reforço dos activos de reserva do Banco de Cabo Verde, que se traduziram na melhoria da posição externa do país, uma vez que as reservas passaram a cobrir 2,2 meses de importação, quando, em 1998, representavam apenas 1,4 meses de importação. Este facto constitui um factor que concorre para a solidez do regime de câmbios fixos estabelecido no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial – ACC- que fixa a paridade do escudo cabo-verdiano ao escudo português e ao Euro.

A taxa de câmbio efectiva real apreciou-se na ordem dos 1,1 %, apontando para uma deterioração da competitividade das exportações cabo-verdianas.

Síntese de Indicadores Económicos

		1997	1998	1999
Sector Real				
PIB real ¹	tv em %	6,4	5,9	8,0
Produto per Capita ¹	USD	1.205,3	1.346,3	1.262,3
IPC (Taxas de variação em relação ao mês homólogo)	tvm em %	8,6	4,4	4,4
Taxa de Desemprego	tv em %	30,7	26,0	25,4
Sector Monetário e Câmbial				
Reservas Internacionais Líquidas do Sistema	tv em %	-17,6	-9,2	59,2
Banco de Cabo Verde	tv em %	-6,0	-18,2	85,2
Reservas Internacionais Líquidas	tv em %	-21,8	-55,7	530,9
Outros Activos Externos (líquidos)	tv em %	7,8	5,3	-31,9
Crédito Interno Líquido	tv em %	20,3	6,1	11,4
Massa Monetária (M2)	tv em %	11,2	2,7	15,2
Taxa de Câmbio Nominal CVE/USD	tvm em %	93,2	98,0	102,7
Índice de Taxas de Câmbio Efectivas Nominal	tvm em %	86,7	84,1	82,7
Índice de Taxas de Câmbio Efectivas Real	tvm em %	99,1	98,6	99,6
Sector Externo				
Exportações Bens e Serviços	em % do PIB	26,6	22,1	22,2
Importações bens e Serviços	em % do PIB	56,7	57,2	60,1
Défice Conta Corrente	em % do PIB	5,9	10,7	12,5
Dívida Externa Efectiva	em % do PIB	43,6	46,4	48,1
Dívida Externa / Export. de Bens e Serv.	em %	164,0	210,6	216,6
Serviços da Dívida ² / Export. Bens e Serv.	em %	9,4	10,0	9,3
Finanças Públicas³				
Receitas Totais (s/ donativos)	em % do PIB	23,0	22,1	22,4
Donativos	em % do PIB	10,1	9,9	7,2
Despesas Totais	em % do PIB	41,4	35,9	37,0
Défice Orçamental Global				
Excluindo Donativos	em % do PIB	20,4	13,9	14,6
Incluindo Donativos	em % do PIB	10,3	4,0	7,4

Fonte: Banco de Cabo Verde

¹Estimativas do BCV

²Inclui o pagamento de juros e capital

³Estimativas do Ministério das Finanças

Capítulo I

A Economia Cabo-verdiana em 1999

I.1- Enquadramento Internacional

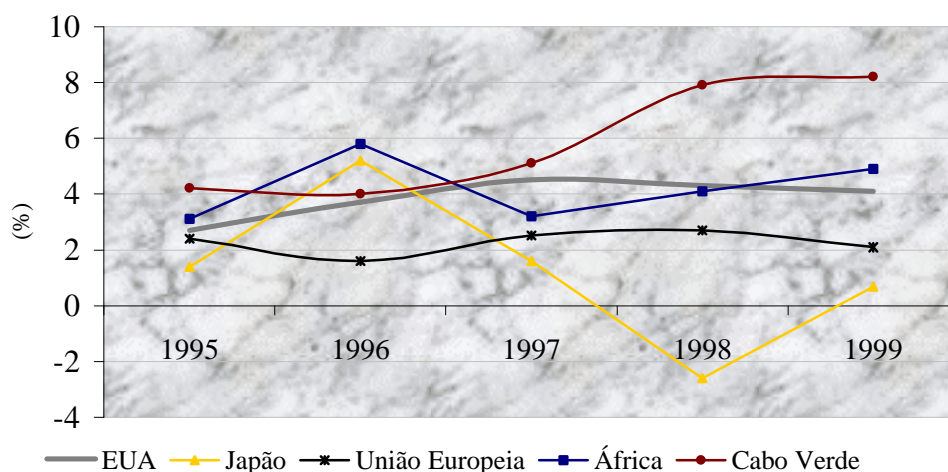
O ano de 1999 foi marcado a nível internacional pela melhoria da situação económica mundial.

Nos Estados Unidos da América (EUA), pelo terceiro ano consecutivo, o crescimento do produto interno bruto ultrapassou os 4%, com o consumo privado a acusar taxas de crescimento significativas.

Após ter sofrido uma diminuição de 2,8% em 1998, a economia japonesa deu sinais de uma ligeira retoma, registando um crescimento em cerca de 1%. Numa primeira fase, a recuperação assentou principalmente nas vastas medidas de relançamento adoptadas pelo Governo para lutar contra o enfraquecimento registado na procura. Em paralelo, as exportações e o consumo privado também aumentaram, no decurso do ano. Nas empresas, o clima de desconfiança deu lugar a um optimismo prudente. Em suma, as profundas reestruturações empreendidas nos diversos ramos começaram a dar os seus frutos.

Na Europa, a recuperação da conjuntura consolidou-se no decurso do ano. As exportações, em particular, retomaram a sua expansão, favorecido pelo sensível enfraquecimento do euro. A melhoria generalizada do clima económico igualmente deu um novo impulso à procura interna. Na maior parte dos países europeus, o crescimento dos investimentos em bens de equipamento acelerou e a construção saiu da sua longa fase de estagnação. O consumo privado foi sem sombra de dúvidas um importante instrumento de relançamento da conjuntura. Tendo em conta o fraco crescimento registado no primeiro semestre, o produto interno bruto real dos países da União Europeia abrandou, passando em média de 2,7% em 1998 para 2,1% em 1999.

Gráfico I.1.1: Evolução do PIB Real



As sensíveis diferenças da conjuntura económica no conjunto das economias da OCDE tiveram repercussões diferentes no mercado de trabalho. Assim, o emprego continuou a crescer fortemente nos EUA, enquanto que no Japão permaneceu fraco, fruto do processo de reestruturação em curso.

Na Europa, progressos consideráveis foram registados em muitos países, nomeadamente em Espanha, Irlanda e Países Baixos. A procura de mão-de-obra aumentou consideravelmente em França, tendo, por sua vez, permanecido inalterado na Alemanha e na Itália.

Medida pelo índice de preços no consumidor, o custo de vida aumentou ligeiramente durante o ano. Em média, a zona da OCDE, atingiu 3,6% em Dezembro, contra 3,3% no ano anterior.

A maior parte dos países da Ásia Oriental, com destaque para a Coreia do Sul, superaram os efeitos da crise de 1997, crise essa que pôs fim a uma longa fase de crescimento económico.

A situação económica manteve-se estável na Rússia, não obstante a espiral inflacionista, com os preços a atingirem valores superiores a 100%. Fruto de um rublo fraco, as importações tornaram-se mais caras, os bens produzidos na Rússia ficaram mais competitivos, tendo a produção industrial acusado um ligeiro acréscimo.

Profundamente atingidos pela crise financeira internacional e pela queda dos preços das matérias-primas, os países da América Latina conheceram evoluções distintas. O México continua a evidenciar fortes crescimentos do PIB e a revelar um excelente desempenho no comércio externo. Contudo a situação económica deteriorou-se no Chile, enquanto que uma crise monetária manifestou-se no Brasil, nos finais de 1999.

De acordo com projecções efectuadas pelo FMI, a evolução da economia africana aponta no sentido da retoma da expansão económica registada no período 1995/97, que foi de cerca de 5%, na medida em que o produto, no ano em referência, deverá ter-se situado nos 4,9%, contra 4,1% em 1998. Ao mesmo tempo, tem-se registado uma diminuição considerável da taxa de inflação, que passou de 48% no período 1990/94 para 7% em 1999, que aliado à compressão dos desequilíbrios internos e externos terão sido notas reveladora dos progressos registados nessa região. É de salientar igualmente a redução do défice da BTC em 1999, que passou de 14,4% do PIB, em 1998 para 12,4% em 1999, sem entretanto atingir os resultados alcançados no período 1997/99, cerca de 4,6%.

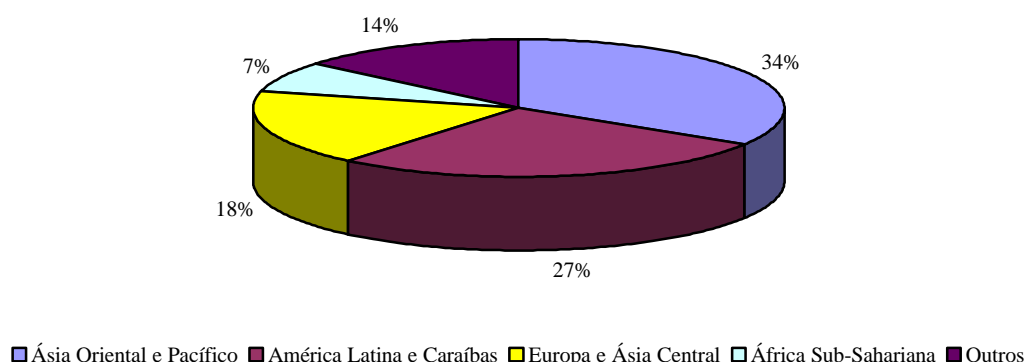
Um dos grandes desafios do continente africano consiste em fazer passar as taxas de investimento, que estagnaram à volta dos 16-18%, para 25-30%, a semelhança do que aconteceu nas economias mais dinâmicas da América Latina e da Ásia.

Para assegurar taxas elevadas de crescimento, torna-se necessário tomar medidas para aumentar a eficácia e a competitividade, por forma a acelerar a integração da economia do continente na economia mundial. Tudo isto contribuirá para tornar a região menos dependente da ajuda concedida, o que se reveste de primordial importância no contexto actual da redução da ajuda pública ao desenvolvimento (APD).

Com efeito, constata-se que a nível da distribuição regional dos financiamentos, em 1999, as operações do BIRD e do IDA continuam a estar centradas em três regiões principais: a região Ásia Oriental e Pacífico, onde as intervenções motivadas pelo despoletar da crise financeira asiática, atingiu 9,8 bilhões de dólares, representando 34% dos concursos do BIRD e do IDA; a região América Latina e Caraíbas com 7,7 bilhões, cerca de 27%, e a região Europa e Ásia Central com 5,2 bilhões, com aproximadamente 18%.

A África Sub-Sahariana, onde os recursos foram quase que exclusivamente mobilizados junto do IDA, continua a ocupar o penúltimo lugar com 2,1 bilhões, ou seja, 7% do total das operações do BIRD e do IDA.

Gráfico I.1.2: Repartição Geográfica das Operações do BIRD e do IDA - 1999



Torna-se cada vez mais difícil aos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) contarem com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). É que, se por um lado, ela acusou uma ligeira melhoria em 1999, ao atingir os 52 bilhões de dólares, por outro, reduziu cerca de um terço em dez anos.

Quadro I.1: Financiamento líquido a longo prazo concedido aos PVD

(Unidade: bilhões de Dólares)

	1990	1995	1999
Financiamentos Públicos	55,9	53,9	52,0
Financiamentos Privados	42,6	203,3	238,7
Mercados de Capitais Internacionais	18,5	98,3	46,7
Fluxos de Endividamento	15,7	62,2	19,1
Empréstimos Bancários	3,2	30,4	-11,4
Financiamentos Obrigatórios	1,2	30,8	25,0
Outros	11,3	1,0	5,5
Acções	28,0	36,1	27,6
Investimento Directo Estrangeiro	24,1	105,0	192,0
TOTAL	98,5	257,7	290,7

Fonte: Banco Mundial, Maio 2000

Em contrapartida, os fluxos de capitais privados tendem a tomar o lugar da APD na qualidade de principal fonte de financiamento externo para o conjunto dos PVD. Na verdade, a parte dos financiamentos privados no total da quota externa dos PVD passou de 4,4% em 1990 para 85% em 1996. A tendência aponta no sentido de um aumento considerável desses fluxos, que passaram de 42.6 bilhões de dólares em 1990, para atingir os 238,7 bilhões em 1999.

Ainda que o montante global do IDE represente no decurso dos últimos três anos cerca de 100 bilhões de dólares, média anual para o conjunto dos PVD, ou seja, 3% do total, mais de dois terços deste modesto montante beneficiou somente seis países, por ordem decrescente, a saber: Nigéria, Angola, Ghana, África do Sul, Uganda e Tanzânia. A maior parte destes fundos foram canalizados para os sectores mineiro e petrolífero.

Das componentes dos capitais privados, os fluxos líquidos provenientes dos mercados financeiros internacionais destinados aos PVD diminuiram em 1999, ao registarem 46,7 bilhões de dólares, valor esse próximo dos verificados nos finais dos anos oitenta. Prevê-se, entretanto, uma recuperação desses fluxos, nos próximos anos. Em contrapartida, os fluxos de investimen-

to directo estrangeiro que foram expressivos durante a crise, passaram a ser a principal e a mais estável fonte de financiamento a longo prazo para os PVD, ao atingir os 192 bilhões de dólares em 1999, contra 105 bilhões em 1995.

I.2 - Evolução Económica Nacional

Em 1999, a economia cabo-verdiana terá registado uma taxa de crescimento real do PIB da ordem dos 8,0%. Tal comportamento foi fruto do dinamismo evidenciado pela procura interna que, cresceu 15% em termos nominais, contra os 12% registados no ano anterior. A principal determinante para a evolução da procura interna, continua a ser o consumo das famílias, cuja contribuição para o crescimento real da procura foi cerca de 6%.

Esse crescimento tem tido reflexos positivos na economia cabo-verdiana, com a taxa de desemprego a reduzir-se gradualmente, ao passar de 30,8% em 1997, para os 27,3% em 1998, atingindo 25,4% em 1999.

A balança de pagamentos atinge o saldo positivo de 3828,9 milhões de ECV (6,3% PIB) em 1999, ultrapassando um défice de 453,1 milhões no anterior.

Tal comportamento ficou a dever-se sobretudo à entrada de investimentos directos estrangeiros que atinge os 5172,9 milhões em 1999 contra os 859,8 milhões em 1998.

A evolução do IDE, incluindo o investimento de carteira, veio a compensar o agravamento do défice da BTC (12,5% PIB) e a redução da ajuda pública ao desenvolvimento na ordem dos 11% entre 1998 e 1999.

I.2.1 - Procura, Produção, Preços e Mercado de Trabalho

I.2.1.1 - Procura

De acordo com estimativas do BCV, a economia cabo-verdiana terá crescido em 1999 cerca de 8,0% em termos reais, reforçando a tendência de crescimento registada, em 1998, cerca de 5,9%.

Quadro I.2.1.1: Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

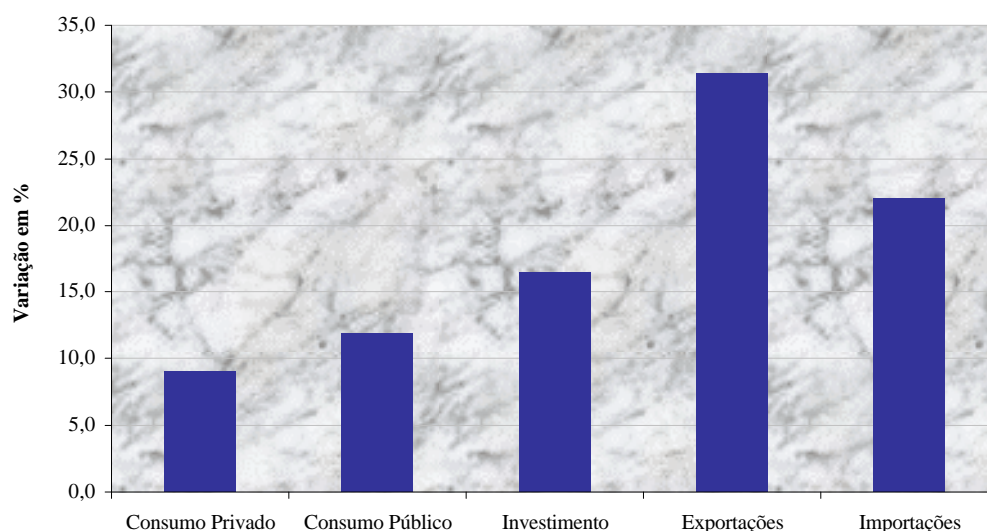
Unidade: Em milhões de escudos e %

	1997	1998			1999		
	P.correntes	Tx. c. Vol	Tx. c. preços	P.correntes	Tx. c. vol	Tx. c. preços	P.correntes
Consumo Famílias	37.893	8,0	4,4	42.719	9,0	4,4	48.600
Consumo Público	10.426	5,4	4,0	11.425	11,9	4,0	13.294
Investimento	18.889	-0,4	4,0	20.552	16,4	2,4	23.739
Público	4.061	-6,0	4,0	3.972	0,5	2,4	4.087
Privado	11.809	1,3	4,0	12451	11,0	2,4	14.152
Cont.Proc.interna	-----	9,3	-----	-----	14,6	-----	-----
Exportações	9.802	-0,5	5,3	10.271	31,4	4,3	14.079
(-) Importações	29.851	5,5	1,7	32.007	22,9	-1,3	38.534
Cont.Proc.externa	-----	-3,4	-----	-----	-6,6	-----	-----
PIB	47.159	5,9	6,1	52.960	8,0	7,0	61.178

Fonte: BCV

O contributo da procura interna, fruto do dinamismo das suas principais componentes, particularmente do consumo e investimento privados, foi determinante para o comportamento favorável da economia. Quanto à procura externa aquele contributo é menor, pois a fraca expressão das exportações na economia nacional fez com que não obstante o seu crescimento expressivo, este não tenha compensado o aumento significativo das importações que apresenta uma taxa de crescimento de 22,9%.

Gráfico I.2.1.1: Taxa de Variação da Procura Agregada



I.2.1.1.1 - Consumo

Em 1999, o consumo das famílias, que representa o grosso da procura interna, terá crescido em termos reais cerca de 9% contra os 8% em 1998, contribuindo com 79,4% na formação do PIB. O bom ano agrícola, o aumento do rendimento disponível das famílias e a diminuição das taxas de juros reais são factores que poderão explicar a evolução favorável do consumo das famílias em 1999.

As precipitações caídas favoreceram o crescimento da produção agrícola. Por outro lado em resultado do aumento nominal dos salários tendo em conta a estabilidade dos preços, o rendimento disponível das famílias aumentou.

O consumo público terá crescido cerca de 12%, representando 21,7% do PIB. Tal evolução poderá ser explicada pelos acréscimos em termos nominais de 68,6% e 30,2% verificados nas despesas do sector público em bens e serviços e nas despesas com o pessoal respectivamente.

I.2.1.1.2 - Investimento

O investimento nas suas componentes público e privado terá crescido cerca de 0,5% e 11% em termos reais, contribuindo com 6,7% e 23,1 % na formação do PIB, respectivamente.

Quadro I.2.1.1.2.1: Formação Bruta de Capital Fixo

(Unidade: milhões de ECV)

	1997 P. Correntes	1998 Tx.c. vol.	1999 Tx. c. vol.
Construção	10.183	13,2	5,2
Bens de equipamento	3.226	4,4	1,5
Material de transporte	2.460	-62,9	82,3
Total	15.870	-0,4	16,4

Fonte: BCV

Esta dinâmica que se verifica nos investimentos poderá ser o reflexo de um crescimento da FBCF nos diversos bens de investimento.

Relativamente ao investimento em bens de equipamento, estima-se que tenha crescido cerca de 1,5% em termos reais. O aumento das importações de bens de equipamento em 22,5% em 1999 após uma queda da ordem dos 24,1% em 1998, leva a crer que houve um maior crescimento do investimento em bens de equipamento.

Quadro I.2.1.1.2.2: Alguns Indicadores do Investimento

(Taxas de Variação em %)

	1998	1999
Vendas de Cimento	48,4	24,7
Crédito bancário à construção	28,5	(4,9)
Licenças emitidas para construção	9,2	1,7
Crédito bancário para investimento	11,2	36,6
Importações de bens de equipamento	(24,1)	22,5
Importações de material de transporte	17,7	67,4
Vendas de veículos ligeiros e pesados	47,7	25,8

Fonte: Inquéritos as empresas de construção; Direcção Geral das Alfândegas; BCV

Estima-se que o investimento no sector da construção tenha crescido cerca de 5,2% em resultado da evolução das vendas de cimento e da emissão das licenças para construção, que cresceram respectivamente 24,7% e 1,7%.

I. 2.1.1.3 - Exportações e Importações

Em 1999 tanto as exportações de bens e serviços como as importações de bens de serviços conheceram um crescimento em termos reais significativos, 31% e 22% respectivamente.

Realce-se contudo, que o comportamento favorável evidenciado pelas exportações, tendo em conta o encarecimento das mesmas, poderá ser explicado, pelo facto de determinados produtos de exportação, nomeadamente, "calçado e partes de calçado" e "vestuário", beneficiarem já de um segmento de mercado fixo.

Uma vez que no ano em análise, a taxa de câmbio efectiva real (TCER) acusou uma apreciação do ECV da ordem dos 1.1%, o que quer dizer que os preços relativos das exportações tornaram-se superiores aos preços relativos das importações, tal evolução registada traduziu-se na redução da competitividade externa das nossas exportações.

De facto, apesar de os preços do petróleo terem aumentado 39% em 1999, o índice de preços das importações calculado pelo BCV baixou 1,3% no ano em análise. Se atendermos ao facto de que os combustíveis representaram apenas cerca de 5% nas importações de mercadorias e que houve queda dos preços dos produtos alimentares e bebidas a nível internacional, bem

como de alguns outros produtos importantes, nomeadamente do cimento importado, poder-se-á chegar à conclusão de que, não obstante a apreciação verificada, em 1999 não houve deterioração dos termos de troca.

Relativamente aos mercados de destino das exportações, quer dos produtos tradicionais quer dos produtos transformados, verifica-se que Portugal continua a ser o principal mercado de destino, representando cerca de 90% das exportações totais do país.

Quadro I.2.1.1.3.1: Distribuição Geográfica das Exportações de bens

Unidades: (Milhões de ECV)

	1997	1998	1999
<i>Guiné Bissau</i>	2,1	0,0	24,9
<i>Países Baixos</i>	13,6	1,8	9,9
<i>Portugal</i>	969,9	910,4	1.062,8
<i>França</i>	21,0	7,0	4,9
<i>Espanha</i>	113,5	74,3	34,2
<i>Outros</i>	188,7	30,4	48,2
<i>Total</i>	1.308,8	1.023,9	1.184,9

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; BCV

No que diz respeito às importações de bens e serviços, estas acompanharam a dinâmica que se vem verificando na procura interna, com particular ênfase no investimento e no consumo privado.

A nível das importações por países de origem, constata-se que Portugal continua a ser o principal país de origem das mesmas, representando 52.7% das importações totais do país, seguido dos Países Baixos cuja participação foi de 17.8%.

Quadro I. 2.1.1.3.2: Distribuição geográfica das importações

Unidade: Milhões de ECV

	1997	1998	1999
<i>Alemanha</i>	450,7	1.028,4	498,2
<i>Espanha</i>	536,2	544,8	618,5
<i>E.U.A</i>	2.065,5	1.260,6	865,8
<i>França</i>	2.020,7	1.112,7	612,5
<i>Países baixos</i>	2.425,7	1.525,6	4.531,0
<i>Portugal</i>	9.393,8	10.506,4	13.436,7
<i>Reino Unido</i>	434,2	606,7	726,6
<i>Suécia</i>	239,5	164,2	30,8
<i>Outros</i>	4.369,6	5.645,2	4163,8
<i>Total</i>	21.935,9	22.394,6	25.483,9

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; BCV

I.2.2 - PRODUÇÃO

Numa análise sectorial do produto, estima-se que em 1999 os sectores que mais cresceram foram os da agricultura e da construção e habitação, ao apresentarem taxas da ordem dos 61,5% e 19,1%. Contudo, o sector que mais tem contribuído para a formação do PIB é o dos serviços, tendo representado cerca de 54,1% do PIB, enquanto que as contribuições dos sectores construção e agricultura foram da ordem dos 16% e 14,6%, respectivamente.

Quadro I.2.2: Evolução do PIB, pela Óptica da Oferta

(em milhões de escudos e em percentagem)

	1997		1998		1999	
	Valor p. cor.	Tx. c. nom.	Valor p. cons.	Tx. c. nom.	Valor p. cor.	Tx. c. nom.
Agricultura	5.025,6	3,2	5.405,5	7,6	8.729,2	61,5
Pesca	714,6	(0,2)	725,9	1,6	740,0	1,9
Indústria	4.685,5	4,5	4.952,0	5,7	5.370,0	8,4
Construção	7.010,3	9,9	80.18,7	14,4	9.551,0	19,1
Serviços	27.600,7	22,8	31.303,5	13,4	32.240,5	3,0
P.I.B.	47.157,6	13,7	52.958,0	12,3	59.630,7	12,6

Fonte: F.M.I.; INE

I.2.1.2.1 - Agricultura e Pesca

O VAB da agricultura regista no ano em análise um acréscimo significativo, quando segundo o Ministério da Agricultura, a produção agrícola em 1999 terá rondado as 52.476 toneladas, contra apenas 19.941,8 toneladas em 1998. Ainda de acordo com esse Ministério, os fracos índices pluviométricos registados em 1998, aliados à deficiente distribuição espaço-temporal, afectaram severamente as culturas, comprometendo, assim, a produção agrícola nesse ano. Em contrapartida, em 1999 devido às fortes precipitações registadas houve significativo aumento da produção, principalmente, na produção de milho e de produtos hortícolas frescos.

Relativamente ao sector das Pescas, o VAB neste sector terá registado em 1999, um ligeiro acréscimo, quando segundo informações prestadas pelo Instituto Nacional das Pescas, INDP, o nível de capturas foi de cerca de 9 737 toneladas em 1999, contra 9 460 toneladas registadas em 1998.

Segundo as informações do INDP o acréscimo da produção em 1999, terá resultado do aumento de capturas, quer a nível da pesca artesanal quer a nível da pesca industrial, com particular destaque para as capturas de tunídeos e pelágicos.

I.2.1.2.2 - Indústria

Em 1999, o VAB da indústria terá acusado um acréscimo da ordem dos 8,4%, em termos nominais, contra os 5,7% em 1998. Esta evolução poderá ser justificada pelo surgimento de novas empresas industriais, tanto nacionais como de investimento directo estrangeiro mas também pelo aumento da produção em resultado da modernização de unidades já existentes. De salientar que o aumento das isenções fiscais e aduaneiras atribuídas às empresas poderá ter constituído um incentivo à criação de novas empresas, com impactos óbvios, a nível da produção industrial.

I.2.1.2.3 - Construção

O valor acrescentado bruto (VAB) do sector da construção terá registado, em 1999, um acréscimo em termos nominais de 19,1% contra 14,4% em 1998. O aumento nas vendas do cimento em 24,7% ilustra aquele comportamento.

I. 2.1.2.4 - Serviços

O sector dos serviços continua a deter peso importante na estrutura sectorial do PIB, cerca de 54%, não obstante no ano em análise se registar uma desaceleração no ritmo de crescimento do VAB, que passa de 13,4% em 1998 para 3% em 1999.

De notar os significativos aumentos de produção que se registam ao nível dos subsectores da electricidade (8,4%), gás (9,1%) e água (45,5%).

Quadro I.2.1.2.4 : Alguns Indicadores de Actividade do Sector Serviços (%)

	<i>1998</i>	<i>1999</i>
Comércio a retalho		
Vendas de gasolina	3,0	5,1
Vendas de veículos ligeiros e pesados	47,7	25,8
Transportes		
Vendas de gasóleo	(1,5)	16,7
Transporte aéreo, n.º de Passageiros transportados	9,3	15,9
Comunicações		
Tráfego postal (n.º de envios postais)	(2,7)	(7,9)
Tráfego(serviço fixo e móvel):		
N.º total de chamadas telefónicas	0,5	25,5
Minutos de conversação	7,8	18,1
Serviços Financeiros		
Bancos e OIFNM- Prov. Prod. Directa(1)	(22,4)	22,8
Bancos e OIFNM- Prov. Prod. Indirecta(2)	20,1	(6,9)
Seguros		
Prémios totais de seguros directo	23,8	13,6
Total prémios do ramo vida	8,8	7,1
Total prémios do ramo não vida	24,1	13,7

Fonte:

Inquérito às Empresas de transporte, aos serviços financeiros, as seguradoras, à Cabo Verde Telecom e outras; BCV

⁽¹⁾ Prov. Prod. Directa = Comissões + Outros proveitos de exploração

⁽²⁾ Prov. Prod. Indirecta = Juros & Proveitos - Juros & Custos + Rendimentos de títulos

I.2.1.2.5 - Turismo

O turismo é um sector de actividade económica que detém enormes potencialidades de desenvolvimento em Cabo Verde.

Em 1999 a actividade do sector representava 3,6% do PIB, segundo estimativas do Centro da Promoção dos Investimentos e Exportações (PROMEX); contribuía em 27% nas exportações dos serviços e empregava, de acordo com o recenseamento empresarial efectuado pelo INE em 1997, 8769 ¹ pessoas.

Quadro I.2.1.2.5.1: Evolução dos Principais Indicadores do Turismo

(Unidade: Milhões de ECV)

	1995	1996	1997	1998	1999
Receitas do turismo*	754.10	896.60	1.552.60	1.811.10	2.103.10
Peso no PIB	2,0%	2,2%	3,3%	3,4%	3,6%
Contribuição para a BC **	13,1%	13,0%	23,4%	23,4%	26,6%

Fonte: Promex, citando INE, Relatório Actividades do Governo/98 e PND (Avaliação de meio percurso, Junho de 1999);BCV

* As receitas de turismo no período 1996/99, correspondem a estimativas.

** Contribuição para a Balança Corrente da BP = crédito das viagens turismo / crédito total dos serviços

Os resultados positivos apontados procedem da canalização de cerca de 76,6% do investimento externo, excluindo o investimento de carteira, para o sector do turismo.

Numa óptica de stock, os investimentos externos afectos ao turismo atingem a cifra de 255.203 milhões de dólares.

Quadro I.2.1.2.5.2: Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde Principais Sector de Destino

(Unidade: Milhares de USD)

	Investimento Realizado	1998	1999
Sector			
Hotéis e Outros	255.203	163.688	59.659
Indústria Transformadora	33.079	19.890	7.290
Outros	44.846	40.302	45

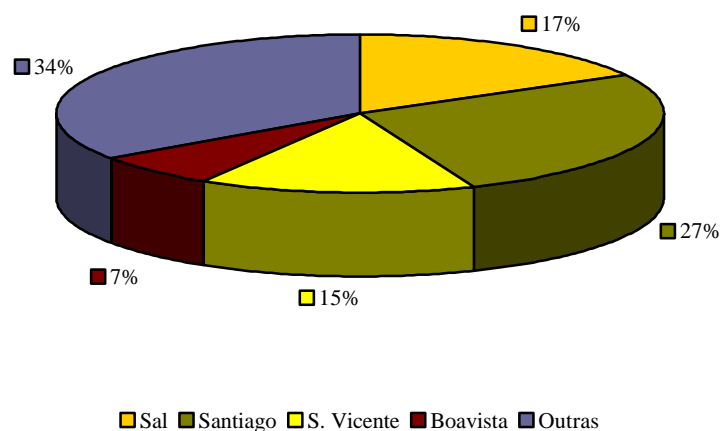
Fonte: Promex

Actualmente o tecido empresarial do sector é constituído por cerca de 3502 empresas, distribuídas em 89 unidades de alojamento; 3352 restaurantes; 28 agências de viagem; 16 empresas de aluguer de automóveis; 17 lojas de *souvenir*.

As Ilhas de Santiago, Sal, S. Vicente concentram a maioria das infra-estruturas de turismo realizadas no país.

¹ Assim distribuídas: 1067 em unidades de alojamento; 6814 em restaurantes e bares; 112 em agências de viagens e os restantes 776 em outros serviços (lojas de *souvenirs* ; empresas de aluguer de automóveis; centros culturais).

Gráfico I.2.1.2.5: Distribuição das Unidades de Alojamento por Ilhas



Em 1998 o número de turistas que visitaram o país ascendia a 52000, o que representa uma taxa de crescimento em relação ao ano anterior de 16% e de 87% em relação ao ano de 1995.

Quadro I.2.1.2.5.3: Evolução da Procura Turística por Países de Origem

	1995	1996	1997	1998
Portugal	8.932	11.911	13.762	16.120
França	3.360	4.256	4.762	5.720
Alemanha	3.005	4.231	5.560	6.448
Itália	n.d.	10.710	13.750	16.120
Outros	12.450	5.892	7.166	7.592
Total	27.707	37.000	45.000	52.000

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas

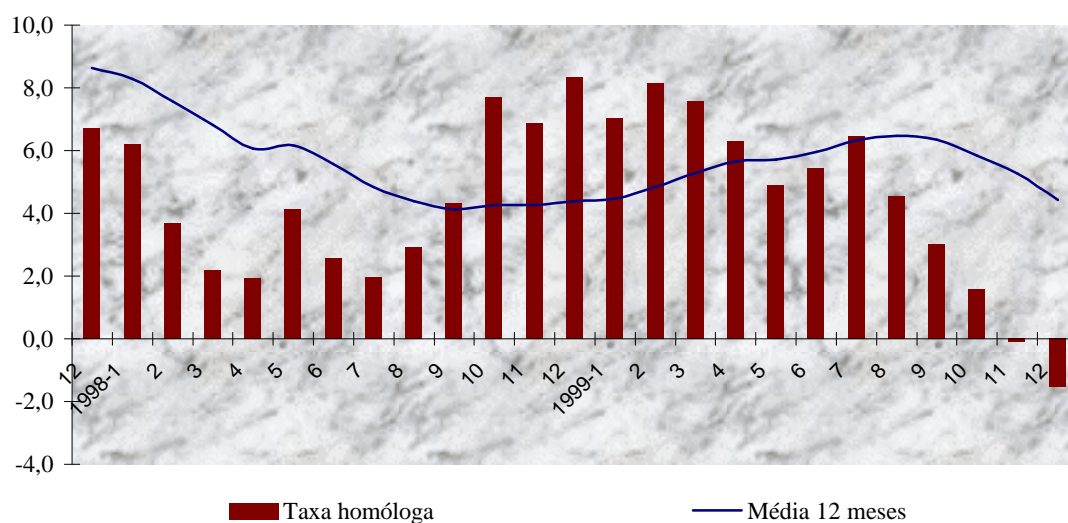
Em 1998, Portugal e Itália eram origem de principais fluxos de turistas, o que poderá ser explicado, em parte, por serem os maiores investidores externos em Cabo Verde no sector.

Assim explica que, segundo o PROMEX/1999, a taxa de ocupação média das unidades de alojamento a nível nacional é de cerca de 80%. A abertura de algumas ligações aéreas internacionais tem contribuído para o aumento da taxa de ocupação a nível nacional.

I.2.1.3 - Preços

De acordo com dados do INE, em 1999 o comportamento dos preços seguiu a tendência de abrandamento da cadência inflacionária dos últimos anos. A taxa média de crescimento dos preços foi da ordem dos 4,3%, o que comparada com a taxa registada em 1998, também de 4,3% reflecte uma certa estabilização.

Gráfico I.2.1.3: Índice de Preços no Consumidor (%)



Em termos homólogos (Dezembro 1998 / Dezembro 1999), a taxa de inflação, medida pelo IPC, acusou um decréscimo, ao passar de 8,4% em 1998 para - 1,6% em 1999. Esta evolução ficou a dever-se à redução dos preços em todas as zonas geográficas, com particular destaque para a cidade da Praia cuja taxa se situou nos -2,0% (-15 p.p.).

Por classes e a nível nacional, verifica-se que o comportamento dos preços foi motivado pela redução dos preços da classe “Bens e Serviços Domésticos” e da classe “Alimentares e Bebidas” em 2,4 e 0,9 p.p., respectivamente.

Quadro I.2.1.3.1: Taxas de Variação Média do IPC por Classes

Bens e Serviços adquiridos	1998	1999	Variação em %
Alimentares e Bebidas	4,3	3,4	(0,9)
Tabaco	0,6	2,3	1,7
Vestuário e Calçado	5,5	7,5	2,0
Hab., Equip. e Mat. uso Doméstico	2,1	8,7	6,6
Bens e Serviços Diversos	4,2	1,8	(2,4)
Total Geral	4,3	4,3	0,0

Fonte: INE

De salientar o aumento em 6,6 p.p. (2,1% em 1998 para 8,7% em 1999), registado na taxa de variação média da classe “Habitação e Material de Uso Doméstico”, que se deveu, sobretudo, ao aumento verificado na subclasse “Energia e Água”, em resultado da actualização das tarifas.

Por seu turno, a classe “Vestuário e Calçado” registou também um aumento de 2,0 p.p. (5,5% em 1998 para 7,5% em 1999), devido, essencialmente, ao acréscimo na subclasse “Calçado”, resultante do aumento das tarifas alfandegárias.

Numa análise por zonas geográficas, constata-se que esta evolução, favorável, deveu-se essencialmente à redução da taxa média de crescimento dos preços nas zonas rurais em 1,5 p.p., situando-se nos 3,3%.

Quadro I.2.1.3.2: Taxas de Variação do IPC por Zonas Geográficas

Zonas Geográficas	1998			1999		
	Var. Mensal	Var. Média	Var. Homól	Var. Mensal	Var. Média	Var. Homól
Praia	6,0	3,8	13,0	1,4	7,8	(2,0)
São Vicente	0,4	3,3	3,8	0,0	3,7	0,2
Zonas Rurais	0,8	4,8	7,9	0,0	3,3	(1,8)
Nacional	1,8	4,3	8,4	0,3	4,3	(1,6)

Fonte: INE

Na perspectiva da transaccionalidade dos bens e serviços, pode-se dizer que a evolução da taxa de inflação média foi determinada, essencialmente, pela redução dos preços dos bens transaccionáveis, com particular destaque para os preços dos bens alimentares.

Quadro I.2.1.3.4: Taxas de Variação Média dos Bens Transaccionáveis e não Transaccionáveis

Classes	1998	1999	Variação em %
Bens transaccionáveis	3,0	1,9	(1,1)
Produtos alimentares	2,1	(1,0)	(3,1)
Produtos não Alimentares	3,9	5,2	1,3
Bens não transaccionáveis	5,3	5,8	0,5
Produtos alimentares	6,2	5,7	(0,5)
Serviços	4,7	7,7	3,0
Combustíveis	0,0	0,0	0,0
Total Geral	4,3	4,3	0,0

Fonte: INE; BCV

Numa análise da inflação subjacente, constata-se que a evolução da taxa de inflação em 1999 foi fruto da diminuição dos preços da chamada “componente não contemplada”, ou seja, da redução dos preços dos bens alimentares não transformados e da manutenção dos preços dos bens industriais energéticos. Neste sentido, conclui-se que o comportamento dos preços, em 1999, poderá ser explicado sobretudo por choques exógenos temporários da oferta e da procura.

Quadro I.2.1.3.4: Inflação Subjacente (Taxas de variação média)

Bens e Serviços Adquiridos	1998	1999	Variação em %
Inflação Subjacente	3,9	4,2	0,3
Bens alimentares transformados	3,3	0,2	(3,1)
Bens industriais não energéticos	3,8	5,3	1,5
Serviços	4,9	8,2	3,3
Componente não contemplada	4,9	4,4	(0,5)
Bens alimentares não transform.	5,6	5,1	(0,5)
Bens industriais energéticos	0,4	0,0	(0,4)
Total Geral	4,3	4,3	0,0

Fonte: INE; BCV

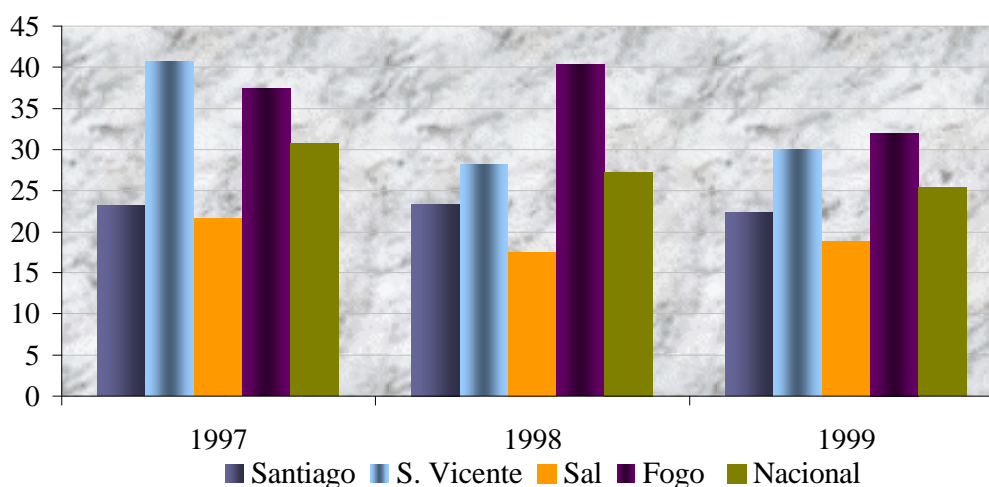
De facto, a evolução dos preços em 1999 foi fruto da estabilidade cambial que o país tem vivido e do bom ano agrícola registado, para além de outro factor temporário que é a manutenção dos preços ao utilizador final dos combustíveis, apesar do forte aumento dos seus preços de importação.

I.2.1.4 - Mercado de Trabalho

De acordo com os dados divulgados pelo IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), em 1999 a taxa média de desemprego foi da ordem dos 25,4%. Da análise evolutiva referente aos três últimos anos, verifica-se que houve uma redução gradual da taxa de desemprego, tendo passado de 30,8% em 1997, para atingir os 25,4% em 1999.

Apesar dos progressos registados, a taxa de desemprego mantém-se ainda relativamente elevada.

Gráfico I.2.1.4.1: Evolução da Taxa de Desemprego (%)



O quadro abaixo evidencia o comportamento da taxa de desemprego numa análise por ilha:

Quadro I.2.1.4.1: Evolução da Taxa de Desemprego (%)

	1997	1998	1999
Santiago	23,2	23,4	22,4
São Vicente	40,7	28,2	30,0
Sal	21,7	17,5	18,9
Fogo	37,5	40,3	32,0
Nacional	30,8	27,3	25,4

Fonte: IEFPP

A Ilha do Fogo continua a apresentar a taxa de desemprego mais elevada do país (32,0%), apesar de ter registado uma melhoria da ordem de 8,3 p.p., ao passar de 40,3% em 1998 para 32,0% em 1999.

Relativamente à Ilha de S. Vicente, a taxa de desemprego tem tido um comportamento diferenciado. No período 1997/98, registou uma redução significativa, da ordem dos 12,5 p.p., tendo aumentado em cerca de 1,8 p.p. de 1998 para 1999.

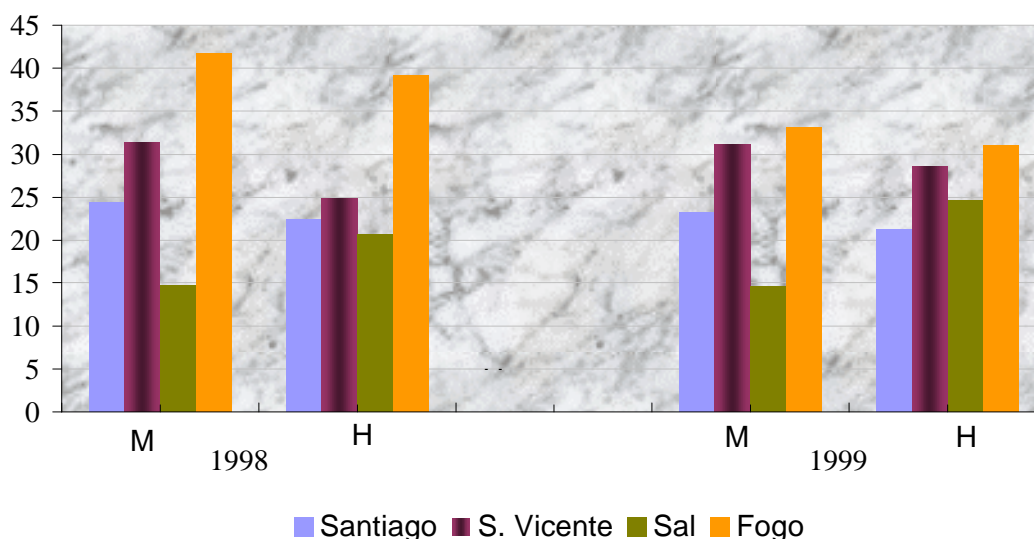
No que diz respeito à Ilha de Santiago, verifica-se que no período 1997/99, houve uma ligeira redução da taxa média de desemprego, passando de 23,2% para 22,4%.

A Ilha do Sal continua a registar a taxa de desemprego mais baixa do país, 18,9% em 1999, ainda que tenha acusado um ligeiro acréscimo, ao passar de 17,5% em 1998 para 18,9% em 1999.

Numa análise por faixa etária, no ano de 1999, verifica-se que o desemprego continua a atingir, em particular, os jovens da faixa etária de 15- 24 anos, atingindo a cifra dos 40,5%. Tal situação explica-se, em grande medida, pelo término dos contratos de trabalho e pelo número de jovens à procura do primeiro emprego.

A análise comparativa por sexo, demonstra que, em 1999, à semelhança do que aconteceu em 1998, as mulheres continuam a ser as mais afectadas pelo desemprego, nas ilhas de Santiago, São Vicente e Fogo.

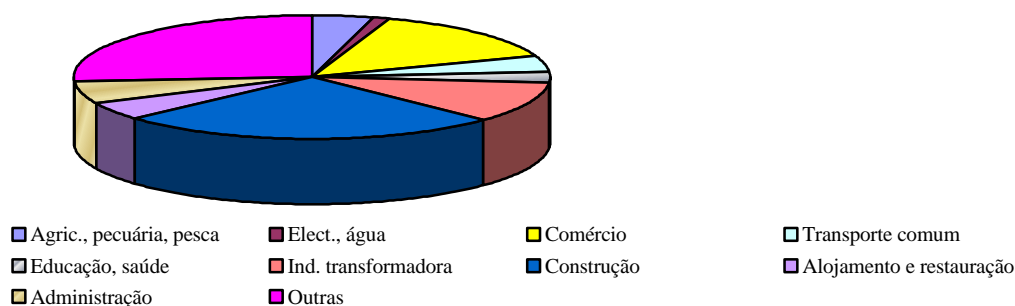
Gráfico I.2.1.4.2: Evolução Comparativa do Desemprego por Sexo



No que diz respeito à análise do desemprego por sectores de actividade, a construção civil destaca-se como o sector que mais se ressentiu em 1999, ao registar uma taxa da ordem dos 26,3%.

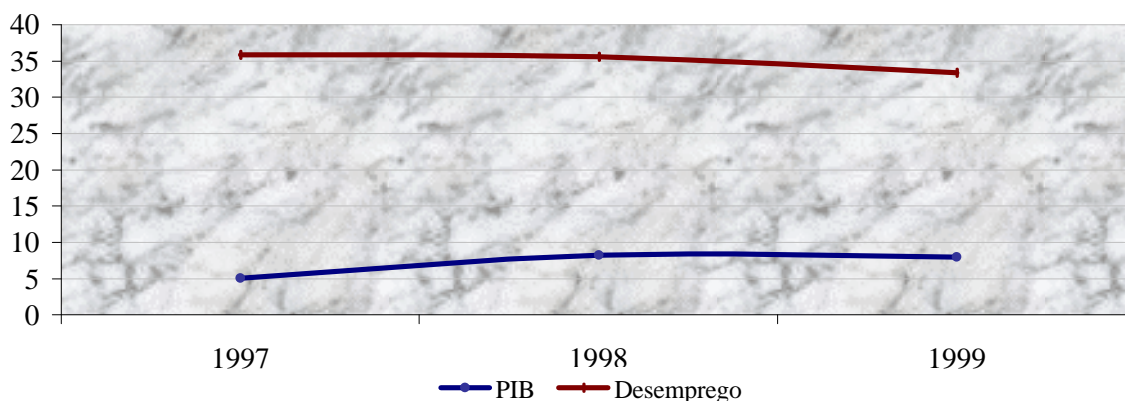
A rubrica “outras actividades”, que inclui os sectores de actividades dos serviços colectivos e pessoais, actividades recreativas e serviços domésticos têm também, no seu conjunto, um peso significativo (26,3%) na perda do emprego.

Gráfico I.2.1.4.3: Estrutura Sectorial do Desemprego em 1999



O mercado de trabalho durante o ano em análise acompanhou a evolução económica, reflectindo, em certa medida, a influência do crescimento da economia na procura de trabalho.

Gráfico I.2.1.4.4: PIB e Desemprego



Relativamente à taxa de emprego, constata-se um ligeiro aumento, de 74,6% em 1999, contra 71,7% registados em 1998.

Analisando por ilhas, constata-se que em Santiago, houve uma diminuição na taxa de emprego da ordem dos 0,4 p.p., enquanto que na ilha do Fogo houve um aumento significativo do emprego em cerca de 10,6 p.p.. A taxa de emprego aumentou em 0,7 p.p. na ilha de S. Vicente, enquanto que na ilha do Sal diminuiu na ordem dos 0,7 p.p..

Da análise do emprego por actividades económicas, constata-se que, em 1999, o sector que continua a abarcar o maior volume de emprego foi o “comércio a grosso e a retalho”, ao atingir

a cifra dos 24,6%, contra os 25,1% no ano anterior. Para além disso, outros sectores, nomeadamente, “administração pública” e “educação e saúde”, também têm contribuído para a manutenção dos níveis de emprego, sendo a contribuição da ordem dos 14,5% e 11,6%, respectivamente.

Quadro I.2.1.4.2: Distribuição do Emprego por Sectores de Actividade; (%)

	1999	1998
Agricultura, pecuária, pesca	3,2	3,6
Indústria transformadora	6,2	6,5
Electricidade e água	0,7	0,9
Construção	8,9	6,3
Comércio p grosso e a retalho	24,6	25,1
Alojamento e restauração	3,7	4,2
Transportes e comunicações	4,7	6,0
Administração Pública	14,5	14,3
Intermediação financeira	1,3	1,2
Educação e saúde	11,6	11,3
Outros	20,6	20,6
Total	100,0	100,0

Fonte: IEFP

O quadro seguinte apresenta a síntese das principais variáveis do mercado do trabalho.

Quadro I.2.1.4.3 : Síntese das Principais Variáveis do Mercado de Trabalho (%)

	Santiago		S. Vicente		Sal		Fogo		Nacional	
	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999
Taxa de actividade	65,4	59,9	65,5	64,9	72,0	73,3	67,3	67,0	67,6	63,2
Taxa de inactividade	34,6	40,1	34,5	35,2	28,0	53,5	32,7	33,0	32,5	36,8
Taxa de emprego	78,1	77,7	69,5	70,2	81,9	81,2	57,4	68,0	71,7	74,6
Taxa de Desemprego	23,4	22,4	28,2	30,0	17,5	18,9	40,3	32,0	27,4	25,4

Fonte: IEFP

I.2.2 - Sector Externo

I.2.2.1 - Balança de Pagamentos

O saldo global da balança atinge o valor positivo de 3.829,0 milhões de escudos caboverdianos em 1999. Tal comportamento deveu-se sobretudo à evolução dos Investimentos Directos Estrangeiros (Conta Financeira), resultado de entradas de receitas de privatizações de algumas empresas públicas.

Quadro I.2.2.1: Evolução da Balança de Pagamentos

	1998		1999	
	Milhões de ECV	Milhões de USD	Milhões de ECV	Milhões de USD
Balança Corrente	-5.689,4	-60,4	-7.680,0	-71,4
Bens	-18.190,7	-193,0	-22.096,5	-205,4
Mercadoria Geral (Balança Comercial)	-20.012,0	-212,3	-22.576,8	-209,9
Bens para Transformação	50,9	0,5	-36,2	-0,3
Reparação de bens	201,5	2,1	-90,7	-0,8
Bens adquiridos em Portos p/transportadoras	1.568,9	16,6	607,2	5,6
Serviços	-400,4	-4,2	-1.081,9	-10,1
dos quais:				
Tranporte marítimo	-1.841,5	-19,5	-2.555,3	-23,8
Transporte aéreo	2.355,5	25,0	2.403,3	22,3
Viagens de turismo	-52,1	-0,6	-747,5	-6,9
Rendimentos	-542,9	-5,8	-867,3	-8,1
Rendimentos de Trabalho	136,7	1,5	71,3	0,7
Rendimentos de Investimento	-679,6	-7,2	-918,7	-8,5
dos quais:				
juros	-287,4	-3,0	-170,1	-1,6
Transferências correntes	13.444,6	142,6	16.365,7	152,1
dos quais:				
remessas de emigrantes	7.049,8	74,8	8.070,9	75,0
Balança de Capital e Operações Financeiras	4.309,9	45,7	12.142,5	112,9
Balança de capital	1.838,9	19,5	1.375,9	12,8
dos quais:				
Dívidas perdoadas			923,6	8,6
Trust-fund	1.437,8	15,3		
Balança Financeira	2.471,0	26,2	10.766,7	100,1
Investimento directo	859,9	9,1	5.432,2	50,5
Do exterior em Cabo Verde	859,8	9,1	5.172,9	48,1
Trust fund			1.581,4	14,7
Investimento de carteira			292,9	2,7
Outros investimentos	1.611,1	17,1	5.041,6	46,9
Activos	-2.203,9	-23,4	-1.457,2	-13,5
Outros activos	-2.139,1	-22,7	-1.425,5	-13,3
Trust fund	-2.794,5	-29,6	-1.940,3	-18,0
Passivos	3.814,9	40,5	6.498,8	60,4
Créditos comerciais	315,9	3,4	1.440,8	13,4
Empréstimos	2.720,0	28,9	3.581,9	33,3
Governo Geral	2.000,5	21,2	2.342,7	21,8
Desembolso	1.491,2	15,8	3.568,5	33,2
Trust fund	1.356,6	14,4	358,9	3,3
Reembolso	-847,4	-9,0	-1.225,8	-11,4
Outros sectores	719,5	7,6	-451,6	-4,2
Erros e omissões	926,4	9,8	-633,6	-5,9
Balança global	-453,1	-4,8	3.828,9	35,6
Financiamento	453,1	4,8	-3.828,9	-35,6
Activos de Reserva	-816,4	-8,7	-4.401,6	-40,9
dos quais: divisas	-813,7	-8,6	-4.403,4	-40,9
Financiamento Excepcional	1.269,5	13,5	572,7	5,3
Governo	919,0	9,7	303,9	2,8
dos quais: Redução de atrasados (perdão da dívida)			-923,6	-8,6
Rescalonamento	-25,5	-0,3	-298,0	-2,8
Outros Sectores	350,5	3,7	268,8	2,5

Fonte : Banco de Cabo Verde

I.2.2.1.1 - Balança Corrente

Apesar do comportamento favorável da balança global, o saldo da conta corrente acusou um agravamento. O défice considerável que atingiu em 1998 (5689,1 milhões de CVE) deteriorou-se em cerca de 35% em 1999, atingindo os 7680,1 milhões de CVE, ou seja, 13% do PIB.

O comportamento da Conta Corrente tem por base o agravamento da balança de bens, conjugado com uma deterioração significativa da balança de serviços, que atingiu o saldo negativo de 1081,93 milhões de CVE, e com a evolução negativa dos rendimentos.

Por seu turno, as transferências correntes evoluíram favoravelmente. As transferências de entidades oficiais, as remessas de emigrantes e outras transferências privadas para a nossa economia atingiram os 16365,5 milhões de CVE no ano de 1999.

Quadro I.2.2.1.1: Evolução da Balança Corrente

	1998	1999	Taxa Crescimento
	Milhões de ECV	Milhões de ECV	(%)
Bens	-18190,6	-22096,4	0,2
Balança Comercial	-20012,0	-22576,7	0,1
Exportações (FOB)	396,1	326,7	-0,2
Importações (FOB)	-20408,1	-22903,4	0,1
Serviços	-400,2	-1081,9	1,7
Receitas	8468,4	10898,0	0,3
Despesas	-8868,6	-11979,9	0,4
Rendimentos	-542,9	-867,3	0,6
Transferências Correntes	13444,5	16365,5	0,2

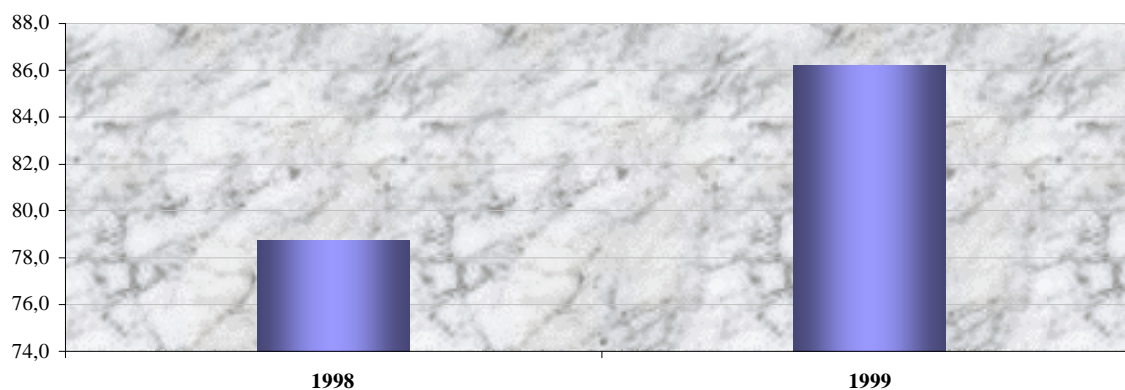
Fonte : BCV

I.2.2.1.1.1 - Balança de Bens

O agravamento da balança de bens resulta da deterioração das suas rubricas. No caso concreto da balança comercial o seu défice aumenta em 1999 (12,8%) em resultado do crescimento das importações de mercadorias (12,2%) e do decréscimo das exportações produtos tradicionais em 17,5 %.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações, considerando as exportações totais², fixa-se em 4,8% em 1999, contra 4,9% em 1998.

Gráfico I.2.2.1: Evolução do Comércio Externo em % do PIB



Nota: Comércio externo em % do PIB = (importações de bens e serviços + exportações de bens e serviços) / PIB

²As exportações totais incluem as exportações das empresas francas, não incluem as reexportações.

O aumento do peso do comércio externo no PIB representa naturalmente o maior grau de abertura da nossa economia ao exterior, tendência aliás que vem persistindo ao longo dos anos e que se acentuou com a maior liberalização económica prosseguida nos últimos anos. Efectivamente, os níveis de crescimento económico registados nos últimos anos no país, tem impulsionado grandes aumentos a nível das importações, com impactos directos a nível do comércio externo.

As importações de mercadorias passaram de 20.012 milhões de ECV, em 1998, para 22.576,8 milhões em 1999, (cerca de 36,9% do PIB). Uma análise das importações de mercadorias quando classificadas pela sua utilização económica, revela que o crescimento registado nas importações totais, deveu-se aos acréscimos verificados nas rubricas combustíveis e bens de capital, na ordem dos 36.5% e 22.5%, respectivamente.

De salientar que as importações de bens de consumo em 1999 registaram uma desaceleração da ordem dos 6.8 p.p. Contudo não obstante esta desaceleração, as importações de bens de consumo continuam a representar o grosso das importações totais, atingindo os 42.3% do mesmo. O bom ano agrícola de 1999, terá dado algum contributo para a moderação do crescimento das importações de bens de consumo.

Quadro I.2.2.1.1.1: Evolução das Importações de Mercadorias (%)

	Taxas de Crescimento		Estrut. em % das Importações		
	1998	1999	1997	1998	1999
Bens de Consumo	13,1	6,3	40,2	44,1	42,3
Bens Intermédios	16,8	7,8	21,0	23,8	23,1
Bens de Capital	-24,1	22,5	21,2	15,6	17,2
Combustíveis	-14,0	36,5	5,2	4,3	5,3
Outros	0,3	10,6	12,5	12,1	12,1

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

Contudo, se as importações têm evidenciado uma grande dinâmica de crescimento, as exportações têm tido um comportamento errático.

Os produtos transformados continuam a ganhar grande peso no total dos produtos exportados, pelo que se pode concluir que o mercado exportador está a ser impulsionado pelas empresas de investimento externo instaladas no país, o que revela uma economia francamente aberta ao exterior.

Quadro I.2.2.1.1.2: Evolução dos Principais Produtos de Exportação

(unidades: milhões de escudos)

Descrição	1998	1999	Estrutura 1999 (%)
Produtos Tradicionais	188,1	192,5	16,3
Bananas	1,3	3,7	0,3
Peixe Enlatado	0,3	0,1	0,0
Peixe Congelado	99,4	120,4	10,2
Peixe Fresco	5,2	15,4	1,3
Crustáceos e Lagostas	76,0	48,7	41,0
Couros e Peles	6,0	4,3	0,4
Produtos Transformados	802,1	950,9	80,3
Calçado e Parte de Calçado	609,5	670,8	56,6
Vestuário Interior e Exterior	192,6	236,4	20,0
Componentes Electrónicos	0,0	43,7	3,7
Outros	33,7	85,1	7,2
Exportações Totais	1.024,0	1.184,8	100,0

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; BCV

I.2.2.1.1.2 - Balança de Serviços

Caixa n.º 1: Balança de Pagamentos

Com a adopção da nova metodologia de elaboração da Balança de Pagamentos, a balança de serviços que tradicionalmente contribuía para um resultado menos desfavorável da Conta Corrente conhece um saldo negativo de 1081 milhões de ECV em 1999. Essa ruptura no comportamento dos serviços deve-se a uma nova classificação decorrente da adopção do V Manual do FMI, no qual a prestação de alguns serviços passam a figurar na balança de bens, nomeadamente, a reparação de navios e outras embarcações (os serviços prestados pela CABNAVE); fornecimento de combustíveis (reexportações da SHELL e ENACOL) e outros fornecimentos à navegação.

O comportamento da balança de serviços é determinado pela evolução das suas principais componentes, transportes e viagens.

No ano em análise ambas as rubricas tiveram comportamentos desfavoráveis. Os transportes caíram de 514 milhões de escudos cabo-verdianos em 1998 para 152 milhões negativos em 1999, consequência fundamental do agravamento dos transportes marítimos (carga e outros transportes) que atingiram o saldo negativo de 2555,4 milhões de ECV em 1999. Facto esse que pode ser explicado, em grande parte, pela evolução das importações, a que se associa a redução entretanto verificada na capacidade de transporte por parte da frota nacional

Por seu turno, os transportes aéreos tiveram um crescimento de apenas 47,8 milhões de ECV.

É de realçar nas viagens pessoais a evolução das viagens por outros motivos (turismo), cujo saldo passa de 549,5 milhões em 1998 para 55 milhões negativos em 1999.

Efectivamente, se as receitas de viagens por outros motivos cresceram de 1998 a 1999 cerca de 46%, no entretanto as despesas por idênticos motivos superaram as receitas, passando de 1433,1 milhões de escudos para 2955,9 milhões.

O comportamento excepcional das despesas de viagens de turismo poderá ser explicado, em grande parte, pela liberalização do plafond cambial³ para viagens, que passa do limite de 100 mil escudos para 1 milhão de escudos, o que veio permitir uma maior transparência nas estatísticas desta rubrica.

A contribuir ainda para um comportamento menos favorável da rubrica viagens, constata-se que a fatia correspondente às viagens por motivos educacionais conhecem um débito de 654,12 milhões de ECV⁴.

³Segundo o n.º 1 do Aviso n.º 2/98, **Operações de Viajantes** é livre a aquisição por residentes, até o limite de 1000000 de escudos, de notas e moedas com curso legal em país estrangeiro, bem como outros meios de pagamento sobre o exterior, junto de entidades autorizadas a exercer o comercio de câmbios para fazerem face ao pagamento de despesas de viagem ou turismo no exterior.

⁴Com a alteração da metodologia (5º manual FMI) as despesas com bolseiros que antes figuravam em outras transferências do Governo passaram a figurar nas viagens por motivos educacionais.

Quadro I.2.2.1.1.2: Evolução da Balança de Serviços

	1998	1999	Tx Cresc	Estrutura
	Milhões de ECV	Milhões de ECV	(%)	(%)
Receitas	8.468,4	10.898,0	28,7	100,0
Transportes	4.410,7	4.528,5	2,7	41,6
Marítimos	372,4	385,1	3,4	
Aéreos	4.038,3	4.143,4	2,6	
Viagens	1.987,8	2.960,7	48,9	27,2
Turismo	1.982,5	2.900,9	46,3	
Serv. Comunicações	466,4	567,4	21,7	5,2
Serv. Construções	202,5	758,9	274,7	7,0
Serv. Seguros	18,0	259,5	1.341,4	2,4
Serv. Financeiros	0,2	55,2	27.520,0	0,5
Serv. Informática e de inform	1,4	15,3	993,6	0,1
Regalias e Direitos de Licença	0,3	4,5	1.400,0	0,0
Outros Serv. Empresariais	208,3	753,9	261,9	6,9
Serv. Pessoais cult. recerat.	0,0	0,6		0,0
Sev. Governamentais	1.172,8	993,5	-15,3	9,1
Despesas	8.868,8	11.979,9	1.436,5	100,0
Transportes	3.896,7	4.680,5	20,1	39,1
Marítimos	2.213,9	2.940,5	32,8	
Aéreos	1.682,8	1.740,0	3,4	
Viagens	2.328,3	4.202,1	80,5	35,1
Eduacionais	538,0	654,1	21,6	
Turismo	1.433,1	2.955,8	106,3	
Serv. Comunicações	64,1	269,8	320,8	2,3
Serv. Construções	147,3	52,8	-64,2	0,4
Serv. Seguros	198,0	340,8	72,1	2,8
Serv. Financeiros	41,2	315,3	665,3	2,6
Serv. Informática e de inform	475,4	481,6	1,3	4,0
Regalias e Direitos de Licença	32,2	19,3	-40,2	0,2
Outros Serv. Empresariais	1.167,2	1.120,8	-4,0	9,4
Serv. Pessoais cult. recerat.	10,6	52,7	397,2	0,4
Sev. Governamentais	507,8	444,3	-12,5	3,7

Fonte : Inquéritos a Diversas Empresas que desenvolvem actividades com o exterior; BCV

I.2.2.1.1.3 - Balança de Rendimentos

A balança de rendimentos em 1999 conheceu um défice de 867,3 milhões de ECV, cerca de 1,4 % do PIB, reflectindo a evolução dos pagamentos ao exterior de juros da dívida. A contribuir igualmente para o resultado apontado nos rendimentos, os rendimentos de investimento agravaram-se em 38% entre 1998 e 1999, passando de 679.6 para 938.7 milhões de escudos.

Quadro I.2.2.1.1.3: Evolução da Balança de Rendimentos

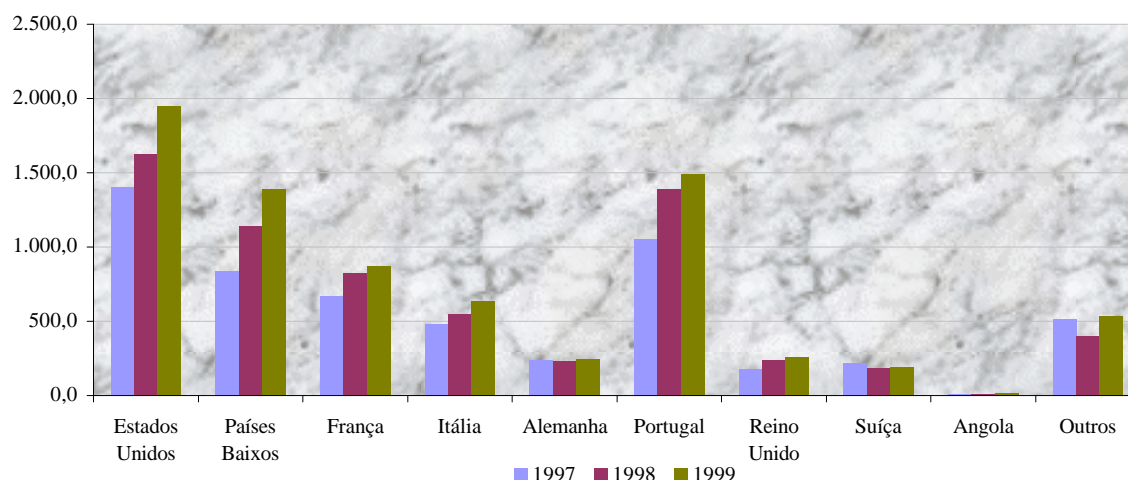
	1998	1999	Taxa Cresc.
	Milhões de ECV	Milhões de ECV	(%)
Rendas	-542,9	-867,3	59,8
Remuneração de Empregados	136,7	71,3	-47,8
Rendimentos de Investimentos	-679,6	-938,7	38,1
Investimento Directo	-230,6	-199,4	-13,5
Investimento de Carteira	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos (Juros DE)	-449,0	-739,3	64,7

Fonte : BCV

I.2.2.1.1.4 - Transferências Correntes

As transferências correntes têm contribuído para o financiamento da Balança de Pagamentos. No ano de 1999 as transferências oficiais e as transferências privadas (remessas de emigrantes e donativos privados diversos) atingiram a cifra de 16365,54 milhões de escudos cabo-verdianos, o que representa um acréscimo de 2921 milhões face ao ano anterior. Para tal resultado contribuíram em 69,3% as transferências privadas, particularmente as remessas de emigrantes provenientes maioritariamente dos Estados Unidos e de Portugal que cresceram cerca de 15%.

Gráfico I.2.2.1.1.4: Evolução das Remessas de Emigrantes por País de Origem (Milhões de ECV)



O peso das transferências privadas no total das transferências correntes tem aumentado, o que se explica, por um lado, pela quebra das transferências de entidades oficiais não residentes em 6,2%, e por outro, pelo maior contributo das remessas de emigrantes no conjunto das transferências o que de certo modo é positivo, uma vez que se trata de um fluxo de recursos externos com o qual o país pode contar, apesar da tendência da sua estabilização a prazo.

Quadro I.2.2.1.1.4: Evolução das Transferências Correntes

	1997	1998	1999
	Milhões de ECV	Milhões de ECV	Milhões de ECV
Transferências Correntes	11.750,2	13.444,5	16.365,5
Transferências Oficiais	5.166,7	5.361,1	5.028,4
Divisas	4.004,6	4.006,1	3.733,8
Bens Alimentares	1.079,7	1.009,3	874,6
Transferências Privadas			
dos quais:			
Remessas de Emigrantes	6.538,9	7.049,8	8.070,8

Fonte : Inquéritos às Organizações Internacionais; ONG; Embaixadas;

Direcção Geral das Alfândegas; Ministério das Finanças; BCV

I.2.2.1.2 - Balança de Capital e Financeira

Em 1999, a balança de capital e financeira continuou a evidenciar progressos significativos, verificando-se que o saldo de cerca de 12145,5 milhões de escudos apurado no ano em referência excedeu em 7832,6 milhões de escudos, o saldo de 4309,9 milhões escudos do ano transacto.

Quadro I.2.2.1.2: Evolução da Balança de Capital e Financeira

	1998		1999	
	Milhões de ECV	Milhões de USD	Milhões de ECV	Milhões de USD
Balança de Capital e Financeira	4.309,9	44,0	12.142,5	119,1
Balança de Capital	1.838,9	18,8	1.375,9	13,5
Dos quais: Dívidas perdoadas Trust Fund				
Balança Financeira	2.471,0	25,2	10.776,6	105,6
Investimento Directo	859,9	8,8	5.432,2	53,3
Investimento de carteira	0,0	0,0	292,9	2,9
Outros investimentos	1.611,1	16,4	5.041,6	49,5
Activos	(2.203,9)	(22,5)	(1.457,2)	(14,9)
Dos quais: Créditos comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	0,0	0,0	11,7	0,1
Dinheiros e depósitos	(64,7)	(0,7)	(43,4)	(0,4)
Outros Activos	(2.139,1)	(21,8)	(1.425,5)	(14,6)
Trust Fund	(2.794,5)	(28,5)	1.940,3)	(19,8)
Passivos	3.814,9	38,9	6.498,8	66,3
Dos quais: Créditos comerciais,	315,9	3,2	1.440,7	14,6
Empréstimos e	2.720,0	27,8	3.581,9	36,6
Dinheiros e depósitos	770,6	7,9	1.888,2	19,3
Activos de Reserva	816,4	8,3	4.401,6	44,9

Fonte: BCV

Tal comportamento reflecte o crescimento registado no saldo da conta financeira (2417 milhões de escudos em 1998 para 10776,6 milhões de escudos em 1999), que se explica pelo incremento do Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

As entradas líquidas de capital aumentaram de forma significativa, reflectindo o início dos processos de privatização dos sectores financeiro e da electricidade e água.

A rubrica outros investimentos registou neste ano, entradas da ordem dos 5041,6 milhões de escudos, que contrapõem a um valor inferior de 1611,1 milhões de escudos verificado no ano anterior, o que se ficou a dever a um maior endividamento externo do sector privado não financeiro residente.

Os Activos de Reserva totalizaram 4401,6 milhões de escudos, em 1999, ultrapassando de forma considerável o valor que se registara no final de 1998 de 813,7 milhões de escudos. Para esta evolução, como anteriormente referido, foram decisivas as entradas líquidas das privatizações.

I.2.2.1.3 - Financiamento

Em 1999, a Balança de Pagamentos apresentou um saldo global positivo da ordem dos 3828,9 milhões de escudos, contra o saldo global negativo de 453,1 milhões de escudos regista-

dos em 1998, contribuindo assim para o reforço das reservas cambiais do país. Tal resultado, ficou a dever-se, sobretudo, às entradas de receitas das privatizações na ordem dos 4403,38 milhões de escudos e também pelo montante de 572,6 milhões de escudos respeitante ao financiamento excepcional, cujos itens mais significativos foram o perdão e o reescalonamento da dívida externa.

I.2.2.2 - Dívida Externa

A dívida externa efectiva no final de, 1999, foi de 291,68 milhões de dólares, oriunda principalmente de credores multilaterais e bilaterais bem como de instituições financeiras.

Quadro I.2.2.2.1: Dívida Externa, 1999

Unidade: Milhões de USD

Financiadores	Montante Contratado	Montante Desembolsado	Montante Reembolsado	Dívida Efectiva
Credores Multilaterais	422,2	266,5	55,5	211,0
Credores Bilaterais	80,9	61,5	4,4	57,2
Instituições Financeiras	37,2	34,5	11,0	23,6
Total	540,2	362,5	70,8	291,7

Fonte: BCV

O acréscimo verificado resulta do desembolso de novos empréstimos contraídos junto ao estado do Kuwait, do Banco Mundial /IDA, Portugal e FAD, no quadro do processo de saneamento da dívida interna.

O stock da dívida que em 1998 representava 46,4% do PIB p.correntes ascende a 48,1% do PIB em 1999.

Quadro I.2.2.2.2: Dívida Externa na Economia

	1998 (%)	1999 (%)
Dívida Externa Efectiva / PIB p.correntes*	46,4	48,1
Serviço da Dívida** / PIB p.correntes*	2,2	2,1
Dívida Externa Efectiva / Exportação de Bens e Serviços	210,6	216,6
Serviço da Dívida** / Exportação de Bens e Serviços	10,0	9,3

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

Em 1999 o serviço da dívida pago foi de 1269,3 milhões ECV, superior ao pago em 1998 em 8,5%. Do total, 74% corresponderam ao pagamento do capital e 28% aos juros.

Quadro I.2.2.2.3: Serviço da Dívida Externa*(unidade: milhões de escudos)*

	1998			1999			Var. (%)
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total	
Credores Multilaterais	527,8	223,1	750,9	426,5	217,9	644,4	(14,2)
Credores Bilaterais	77,9	6,2	84,1	43,2	18,6	61,8	(26,5)
Instituições Financeiras	107,7	92,3	200,0	272,9	75,3	348,2	74,1
Reescalamentos	133,9	1,4	135,3	202,6	12,3	214,9	58,8
BADEA*	118,4		118,4	167,4		167,4	41,4
Outros	15,5	1,4	16,9	35,2	12,3	47,5	181,1
Total	847,3	323,0	1.170,3	945,2	324,1	1.269,3	8,5

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

I.2.2.3 - Mercado Cambial

O comportamento dos mercados cambiais em 1999 foi marcado pela interrupção da tendência de fortalecimento do dólar observada nos anos mais recentes, e a apreciação acentuada do iene, tendência essa que se vem verificando desde os finais do ano anterior.

Em 1999, o dólar depreciou-se 2.5% ,em termos efectivos nominais, quando em 1997 e 1998, tinha registado apreciações de 8 e 5%, respectivamente. Não obstante a depreciação global do dólar, em 1999, apreciou-se 4.7%, em termos médios, face ao euro.

De salientar, que o dólar não teve um comportamento uniforme ao longo do período. Na verdade, até meados de 1999, a moeda americana acusou algum fortalecimento, sobretudo, face ao euro, mas também face à libra esterlina e ao iene, em consonância com um ambiente de contínua expansão não inflacionista, evidenciada pela economia americana. Contudo, a partir de meados do período, em que se assiste a uma mudança da percepção no comportamento da economia americana e a uma melhoria das perspectivas para a economias japonesa e europeia, verifica-se um certo enfraquecimento do dólar em termos nominais efectivos.

O comportamento do escudo cabo-verdiano, reflectiu, no essencial, pelo efeito da indexação à moeda portuguesa, o movimento de alguma volatilidade cambial descrito pela moeda norte-americana, na segunda metade do ano.

Em termos de câmbios médios, ao longo do ano de 1999, a moeda cabo-verdiana apresentou significativas depreciações em relação ao dólar e à libra esterlina. O câmbio médio do escudo face ao dólar, em termos de média anual, passou de 97,99 em 1998 para 102,7 em 1999, representando uma depreciação nominal na ordem dos 4,8%. Relativamente à libra esterlina, a depreciação nominal foi de 2,3% em relação ao ano anterior.

Quadro I.2.2.3: Evolução do Câmbio Médio do ECV face ao USD, GBP e JPY -1999

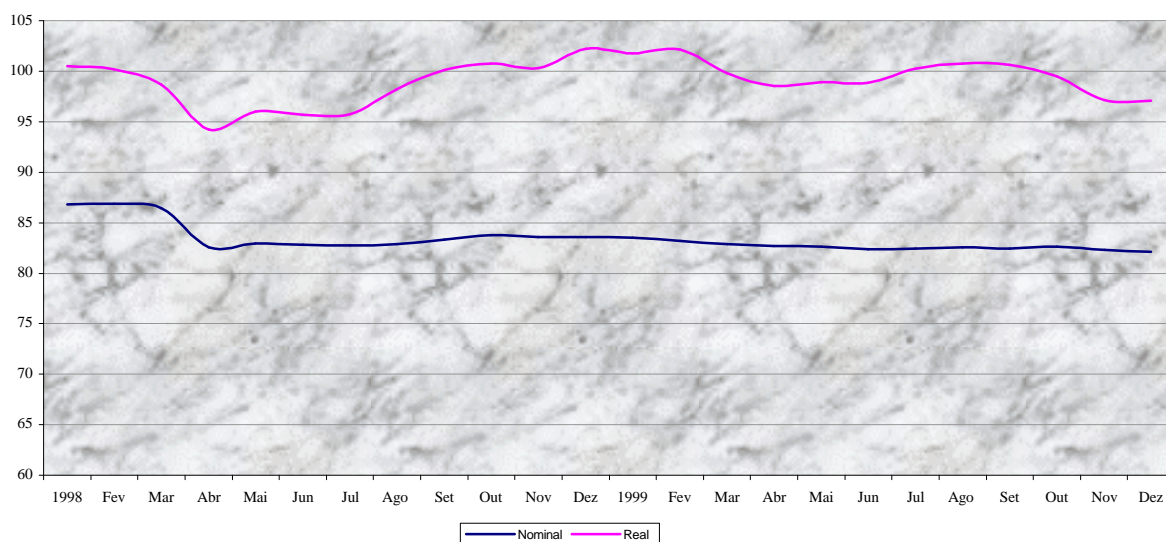
<i>Câmbios Médios</i>	<i>Jan.</i>	<i>Fev.</i>	<i>Mar.</i>	<i>Abr.</i>	<i>Mai.</i>	<i>Jun.</i>	<i>Jul.</i>	<i>Ago.</i>	<i>Set.</i>	<i>Out.</i>	<i>Nov.</i>	<i>Dez.</i>
USD	95.11	98.08	100.92	102.49	102.99	167.81	105.33	103.31	104.14	102.42	105.27	107.28
GBP	15.06	15.95	163.48	165.01	166.36	167.80	165.56	165.96	168.88	170.96	170.96	172.96
JPY	84.11	84.35	84.15	85.73	84.58	86.97	88.07	91.04	92.73	100.23	100.23	104.62

Fonte: BCV

O índice da taxa efectiva nominal do escudo atingiu, em termos anuais, 82.68 pontos, contra os 84.05 de 1998, significando uma depreciação anual de 1.6%.

Em termos de taxa efectiva real, o índice atingiu 99.63 pontos, em 1999, face aos 98.56 no ano anterior, traduzindo-se numa apreciação anual de 1.1%, reflectindo o diferencial de preços entre os principais parceiros comerciais e Cabo Verde, apontado por uma deterioração da competitividade das exportações cabo-verdianas.

Gráfico I.2.2.3: Taxa de Câmbio Efectiva



I.2.3 - Finanças Públicas

Em 1999 o défice público global apurado, (incluindo donativos), situou-se nos 4503 milhões de escudos, representando 7,5% do PIB, contra os 2.110 milhões de escudos, 4,0% do PIB, registados em 1998. Esta evolução representou um agravamento do déficit em cerca de 3,4 p.p. relativamente à execução de 1998.

O agravamento do défice em 1999 ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento verificado nas despesas, que foi da ordem dos 19% , face ao ano transacto, na medida em que as receitas apenas cresceram 7,2%. O aumento registado nas despesas adveio sobretudo do acréscimo verificado nas despesas correntes mas também de despesas sociais extraordinárias - programa de urgência no montante de 1.994 milhões de escudos, cerca de 3,5% do PIB.

O grosso do défice público foi financiado por recursos provenientes das privatizações.

Quadro I.2.3.1: Evolução dos principais indicadores Orçamentais (em percentagem do PIB)

	1997	1998	1999
Saldo Total	(10,3)	(4,0)	(7,4)
Saldo Primário	(16,5)	(10,3)	(13,0)
Dívida Pública	81,2	78,6	69,0

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

O peso do saldo primário no PIB acusou um agravamento da ordem dos 2,7 p.p., ao passar de 10,3% em 1998 para 13% em 1999.

A componente cíclica do saldo orçamental foi negativa, tal como em 1998, colocando, desta forma, pressões sobre a política orçamental, fazendo com que o saldo global se deteriorasse num grau superior ao ajustado.

Poderá dizer-se mesmo que, a deterioração orçamental registada em 1999, pode ser atribuída mais a medidas discricionárias de política orçamental, do que ao efeito ciclo, já que este contribuiu apenas com 0,2 p.p. no agravamento do défice global.

Quadro I.2.3.2: Saldo Orçamental Efectivo e Ajustado do Ciclo (em % do PIB)

	1998	1999	Variação %
Saldo Orçamental	(4,0)	(7,4)	(3,4)
Componente Cíclica	(0,1)	(0,3)	(0,2)
Saldo Ajustado das Flutuações Cíclicas (1)	(3,9)	(7,1)	(3,2)

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

Caixa n.º 2: Componente Cíclica

Muitos dos elementos que integram as receitas e despesas orçamentais, têm uma (ou várias) componente(s) que acompanham o ciclo económico e que são por este influenciados. Assim sendo, em períodos de grande crescimento económico a redução do défice orçamental poderá reflectir a fase favorável do ciclo e não necessariamente os efeitos de medidas concretas das autoridades que visem a consolidação orçamental. A medida do saldo orçamental convencional não é o indicador fiel do sentido da política orçamental. Para que se torne perceptível a orientação da política orçamental recomenda-se o cálculo saldo orçamental corrigido, ou seja, expurgado da influência das flutuações da actividade económica.

O peso do SPA na economia, quando medido pelas receitas totais, diminuiu em 1999, ao passar dos 32% do PIB em 1998 para 29,7% em 1999. Por seu turno, quando medido pelas despesas totais, aumentou passando de 35,9% do PIB em 1998 para 37% em 1999.

No que diz respeito ao rácio da dívida pública do SPA relativamente ao PIB, este registou um decréscimo em 1999, ao passar dos 78,6% em 1998 para se situar nos 69 % em 1999.

Quadro I.2.3.3: Financiamento das Operações Fiscais do Estado

	1997	1998	1999 (Prov.)
	Milhões ECV	Milhões ECV	Milhões ECV
Financiamento	4.861,0	2.110,0	4503,0
Externo (líquido)	649,0	2.110,0	795,0
Desembolsos	1.844,0	2.991,0	3345,0
Bridge Loan			
Amortizações	-882,0	-965,0	-2550,0
Variação nos atrasados (acréscimo +)	-1.777,0	65,0	0,0
Juros	-546,0	0,0	0,0
Capital	-1.231,0	65,0	0,0
Pagamento de atrasados do ano anterior	0,0	0,0	0,0
Reescalonamento de atrasados	1.464,0	19,0	0,0
Doméstico (líquido)	4.212,0	0,0	3708,0
Sistema bancário	2.173,0	0,0	0,0
Novos empréstimos (liq)	2.173,0	0,0	0,0
Dos quais :			
Obrigações do Tesouro			
Bilhetes do Tesouro			
Variação de atrasados	0,0	0,0	0,0
Outros	2.039,0	0,0	3708,0
Novos empréstimos	267,0		
dos quais: Obrigações do Tesouro			
Bilhetes do Tesouro			
Amortizações			
Variação de atrasados			
dos quais : Receitas de privatização	1.885,0	0,0	3708,0
GAP DE FINANCIAMENTO	0,0	0,0	0,0

Fonte : Ministério das Finanças

I.2.3.1 - Receitas Públicas

Em 1999, as receitas totais do SPA registaram um crescimento da ordem dos 7,2% contra os 15,6% registados no ano transacto. As receitas atingiram os 18.148 milhões de escudos contra os 16.928 milhões de escudos em 1998, representando cerca de 29,7% do PIB (32% do PIB em 1998).

As receitas foram marcadas por um menor ritmo de crescimento, não obstante os acréscimos registados na maioria das suas componentes, em virtude da redução de 15,7% verificada na rubrica "donativos".

Quadro I.2.3.1: Receitas da Administração Pública

	Taxas de Crescimento (%)			Estrutura (em % do PIB)		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Receitas Correntes	5,1	13,7	27,9	19,3	19,5	21,6
Receitas fiscais	7,3	14,3	23,2	15,5	15,8	16,9
Imposto s/ rendas e lucros:	12,8	10,2	29,3	5,8	5,7	6,4
Imp. único s/ rendimentos	11,1	10,3	29,5	5,5	5,4	6,0
Imp. S/ cons. Prod.Petrolíf.	43,3	(11,5)	55,3	0,4	0,3	0,4
Imp. s/ comércio Intern.:	5,8	18,3	18,6	8,8	9,3	9,5
Imp. s/ importação	5,6	19,1	14,2	8,7	9,2	9,1
Outros impostos	(9,2)	2,4	32,4	0,9	0,8	0,9
Receitas não fiscais	(3,2)	11,1	48,1	3,7	3,7	4,7
Rendimentos de Prop.	(38,2)	16,6	124,1	0,8	0,8	1,6
Transferências	(52,7)	(0,4)	168,4	0,5	0,5	1,1
Licenças e taxas diversas	25,7	42,5	17,5	0,6	0,7	0,7
Vendas de activos e serviços	9,1	(8,3)	(44,7)	0,6	0,5	0,2
Donativos	(12,2)	10,3	(15,7)	10,1	9,9	7,2
Receitas Totais	4,1	15,6	7,2	31,0	32,0	29,7

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

Relativamente às receitas fiscais, estas registaram um acréscimo de 23,2% em 1999 (14,3% em 1998), tendo o seu peso no PIB atingido os 16,9%. Esta evolução deveu-se, em grande parte, ao crescimento dos impostos sobre rendas e lucros em 29,3% e dos impostos sobre o comércio internacional em 18,6%, estes últimos devido, por um lado, ao aumento ocorrido nas importações e, por outro, ao impacto da aplicação da nova pauta aduaneira iniciada em 1999.

Por seu turno, as receitas não fiscais cresceram cerca de 48,1% em 1999 (11,1% em 1998), representando cerca de 4,7% do PIB. Este crescimento deveu-se, essencialmente, aos acréscimos em mais de 100% registados nas rubricas transferências e rendimentos de propriedade. De salientar, que o aumento significativo registado nos rendimentos de propriedade deveu-se à entrada de dividendos de empresas públicas relativos ao exercício económico de 1998.

Relativamente aos donativos, regista-se uma queda de 5291 milhões de escudos, em 1998 para 4416 milhões de escudos em 1999, resultado da falta de cumprimento de alguns acordos de cooperação.

I.2.3.2– Despesas Públicas

Em 1999, as despesas totais do Sector Público Administrativo (SPA) atingiram os 22651 milhões de escudos contra os 19038 milhões de escudos em 1998, o que representa um crescimento em termos nominais de 19% .

As despesas totais do SPA representam em 1999 cerca de 37% do PIB (35,9% do PIB em 1998).

O crescimento significativo registado nas despesas totais do SPA (de -2,4% em 1998 para 19% em 1999) deveu-se, sobretudo, ao acréscimo em 12,9% registado nas despesas correntes. Estas crescem em resultado do aumento que se verifica nas rubricas despesas em bens e serviços e despesas com o pessoal, que acusam acréscimos da ordem dos 68,6% e 30,2%, respectivamente.

O aumento registado nas despesas em bens e serviços deveu-se essencialmente ao acréscimo nas despesas com o serviço de saúde, nomeadamente com evacuações de doentes e pensões.

Quadro I.2.3.2: Despesas da Administração Pública

	Taxas de Crescimento (%)			Estrutura (em % do PIB)		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Despesas correntes	16,0	(2,5)	12,9	23,3	20,2	20,3
Salários e vencimentos	5,7	8,1	30,2	9,6	9,2	10,7
Bens e serviços	118,0	(43,5)	68,6	1,3	0,7	1,0
Juros correntes	22,7	3,3	(50,1)	3,9	3,6	1,6
Domésticos	13,7	10,1	(58,6)	3,0	2,9	1,1
Externos	65,4	(18,6)	(12,9)	0,9	0,7	0,5
Subsídios e transferências	88,5	(7,6)	0,04	6,1	5,0	4,5
Sector público	87,3	(5,2)	1,8	5,3	4,5	4,1
Outras entidades	96,7	(24,5)	(14,9)	0,8	0,5	0,4
Outras despesas correntes	(60,8)	8,2	13,7	1,4	1,3	1,0
Despesas de investimento	(18,0)	(2,2)	2,9	18,0	15,7	14,4
Despesas Totais	(1,8)	(2,4)	19,0	41,4	35,9	38,0

Fonte: Ministério das Finanças; BCV

Por sua vez, o crescimento registado nas despesas com pessoal reflecte, por um lado, o aumento do número de efectivos e dos salários da função pública e, por outro, o aumento dos subsídios e transferências.

Em 1999, foram executadas despesas extraordinárias no montante de 1.994 milhões de escudos, no quadro de um programa de urgência criado especialmente para fazer face aos efeitos da seca que se registou em 1998.

I.2.3.3 - Dívida Pública

Em 1999, a dívida pública interna ascendia a 17.688,8 milhões de escudos, correspondendo a cerca de 28,9% do PIB, enquanto que a dívida externa efectiva atingia o montante de 31.291,43 milhões de escudos (291,7 milhões de USD), representando este em termos de rácio, 51,2% do PIB.

De salientar que no ano em análise, registou-se uma conversão de parte da dívida pública interna a favor do Trust Fund, na ordem dos 6.742,2 milhões de escudos, em resultado do processo de saneamento da dívida interna em curso no país.

Quadro I.2.3.4: Evolução da Dívida Pública*(Unidade: milhões de escudos)*

	1997	1998	1999
Dívida Interna	17.688,8	17.688,8	17.688,8
Sistema Bancário	15.846,3	15.582,8	15.643,6
Outros	1.842,5	2.106,0	2.045,2
Dívida Externa Efectiva	20.587,3	23.941,1	31.291,4
Total da Dívida	38.276,1	41.629,9	48.980,2
Por memória:			
Depósitos do SPA	2.957,7	2.671,7	1.984,3
Estrutura da Dívida (em % do PIB):			
Dívida Interna	37,5	33,4	28,9
Dívida Externa Efectiva	43,6	46,4	48,1
Total da Dívida	81,2	78,6	80,0
Taxas de Crescimento(em %)			
Dívida Interna	6,2	0,0	0,0
Dívida Externa Efectiva	20,1	16,3	30,7

*Fonte: Ministério das Finanças; BCV***Caixa n.º 3: Trust Fund**

Deu-se início em 1999, ao processo de saneamento da dívida pública interna reconfigurado a sua estrutura através da transformação dos instrumentos em que se encontrava titulada, principalmente Obrigações do Tesouro em Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) indexados a um Trust Fund, situado fora do território nacional.

Para o efeito, o Governo de Cabo Verde criou, em Agosto de 1998, o International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund (Lei n.º 69/V/98), abreviadamente designado por Cabo Verde Trust Fund, tendo como objectivo único obviar, através dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, o processo de resgate da dívida interna, de modo a que esta não representasse a criação de um excedente de liquidez na economia com os respectivos efeitos nefastos.

Este fundo, cujo capital é de 180 milhões de USD, montante correspondente ao valor da dívida pública interna em 1998, deve resultar, por um lado, de receitas oriundas do processo de privatizações (80 milhões de USD) e, por outro, de contribuições de parceiros internacionais (100 milhões de USD).

A 30 de Junho de 2000, o capital do Trust Fund encontrava-se realizado no montante de 90.9 milhões de USD, com a seguinte origem:

- USD 53.8 milhões provenientes das contribuições dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde;*
- USD 37.1 milhões provenientes do Governo de Cabo Verde.*

Esta realização do capital do Trust Fund permitiu que se desse início à transformação dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira no valor de 9.614.242 contos.

Após estas operações de transformação, realizadas no decurso de 1999 e 1º semestre de 2000, o stock da dívida interna a transformar, relativamente á previsão, é de 8.084 mil contos.

Estima-se que os parceiros internacionais e o Governo de Cabo Verde possam contribuir com mais 36 e 40 milhões de USD, respectivamente, perfazendo assim cerca de 80 PCT do montante total inicialmente previsto.

I.2.3.4 - Mercado de Títulos

I.2.3.4.1- Mercado de Bilhetes e de Obrigações do Tesouro

Ao longo de 1999, o Mercado de Bilhetes do Tesouro caracterizou-se por uma utilização regular de emissões de Bilhetes do Tesouro por parte do Tesouro pelos prazos legalmente estabelecidos, ou seja, 91, 182 e 364 dias.

Em termos líquidos, o montante em circulação de Bilhetes do Tesouro, reportado a 31 de Dezembro, acusou uma redução de 70 milhões de escudos, ao passar de 3.959 milhões de escudos em 1998, para se situar nos 3.889 milhões de escudos em 1999, traduzindo um menor recurso ao financiamento através do mercado de títulos de dívida pública.

Comparativamente ao ano anterior, em 1999, o montante de títulos emitidos foi superior em quase todos os prazos, à excepção do prazo de 364 dias que ficou abaixo do registado no ano anterior. Os Bilhetes do Tesouro a 91 dias atingiram os 3.285,6 milhões de escudos, mais 562,2 milhões de escudos que no ano transacto, enquanto que a 182 dias foram 4.042,3, ou seja, mais 932,8 milhões de escudos. Os montantes emitidos a prazo de 364 dias foram inferiores aos de 1998, atingindo os 1.059,0 milhões de escudos, menos 595 milhões de escudos, contribuindo assim para a redução do total em circulação no final do ano.

Quadro I.2.3.4.1.1: Bilhetes do Tesouro em Circulação (Saldo em final de período)

Prazos	Montantes em circulação Milhões de Escudos			Taxa de juro (média) (%)		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
BT a 91 dias	665	723	875	9.0269	7.2415	6.3804
BT a 182 dias	1.390	1.582	1.955	9.0138	7.7555	7.2729
BT a 364 dias	1.654	1.654	1.059	9.5424	8.3591	8.1037
Total	3.709	3.959	3.889			

Fonte: BCV

De realçar que as emissões foram, na sua grande maioria, para renovação dos títulos vencidos. Assim, o montante global de bilhetes emitidos foi de 8.386,9 milhões de escudos, contra os 7.487 milhões de escudos emitidos em 1998.

Quadro I.2.3.4.1.2 - Emissão e Colocação de Bilhetes do Tesouro no Mercado Primário de Títulos
(Unidade: milhões de escudos; %)

Prazos	Datas de Emissão	Montantes colocados	Taxas de Juro de emissão	Taxa Média de colocação
91 dias	29.01.99	165.000	6.9492	
	19.02.99	50.000	7.2915	
	26.02.99	195.000	6.9870	
	25.03.99	313.000	6.8941	
	30.04.99	165.000	6.4617	
	24.05.99	139.856	6.9323	
	28.05.99	195.000	6.2740	
	24.06.99	313.000	6.1767	6.3804
	30.07.99	165.000	5.9844	
	23.08.99	201.856	6.1091	
	27.08.99	195.000	6.0025	
	23.09.99	313.000	6.0991	
	29.10.99	165.000	7.0685	
	22.11.99	201.856	5.6930	
	26.11.99	195.000	5.6820	
	23.12.99	313.000	5.4817	
182 dias	05.02.99	250.000	7.1219	
	12.02.99	222.000	7.1887	
	05.03.99	140.682	7.0720	
	10.03.99	80.000	7.2200	
	11.03.99	140.000	7.2800	
	18.03.99	148.000	7.4168	
	01.04.99	160.000	6.9622	
	09.04.99	140.000	7.5600	
	15.04.99	180.000	7.2235	
	22.04.99	165.000	7.6175	
	28.05.99	166.462	7.4803	7.2729
	07.06.99	75.000	6.3479	
	02.07.99	220.000	7.5232	
	06.08.99	250.000	7.5022	
	13.08.99	160.000	7.7464	
	03.09.99	140.682	7.4753	
	08.09.99	80.000	6.9289	
	09.09.99	140.000	7.4696	
	16.09.99	148.000	7.5104	
	30.09.99	160.000	7.2850	
	08.10.99	140.000	7.4049	
	14.10.99	180.000	7.3099	
	21.10.99	165.000	7.2248	
	26.11.99	166.462	7.3882	
	06.12.99	75.000	7.2955	
	31.12.99	150.000	6.5411	
364 dias	19.04.99	125.000	8.4072	
	07.06.99	200.000	8.0509	
	22.06.99	100.000	7.7333	
	23.06.99	150.000	8.4802	8.1037
	15.07.99	130.000	8.1117	
	12.08.99	104.000	8.4228	
	23.09.99	150.000	8.0321	
	09.12.99	100.000	7.5914	

Fonte: BCV

Os Bilhetes do Tesouro a 182 dias foram, no ano em análise, os mais representativos absorvendo cerca de 50% do total de Bilhetes do Tesouro em circulação.

Fazendo uma análise por agentes subscritores, verifica-se que a redução do montante em circulação de Bilhetes do Tesouro, deveu-se exclusivamente às Instituições financeiras e monetárias, já que estas registavam no final de período uma redução no seu saldo de 213,8 milhões de escudos, passando de 2.361,4 milhões de escudos em 1998 para 2.147,6 milhões de escudos em 1999. Contrariamente, as empresas públicas e privadas registam um aumento de 143,8 milhões de escudos, ao passar de 1.597,6 em 1998 para 1.741,4 milhões de escudos em 1999.

Quadro I.2.3.4.1.3: Bilhetes do Tesouro por Sectores Institucionais (saldos em final de período)
(Unidade: Milhões de ECV)

	1997	1998	1999
Instituições Financeiras Monetárias	2.451,1	2.361,4	2.147,6
Empresas Públicas e Privadas	1.257,9	1.597,6	1.741,4
Total	3.709,0	3.959,0	3.889,0

Fonte: BCV

No que respeita às taxas de juro de colocação, regista-se uma descida das taxas de juro médias nas emissões de todos os títulos. Assim, comparando este ano com o ano anterior (variação homóloga relativa a Dezembro) constata-se que houve uma queda de cerca de 0,9, 0,5 e 0,3 pontos percentuais para os títulos de 91, 182 e 364 dias, respectivamente. Os títulos a 91 dias foram portanto, os que registaram uma descida maior nas suas taxas de juro.

No que se refere ao Mercado de Obrigações do Tesouro, realça-se que em 1999, o Tesouro não recorreu à emissão de Obrigações. Procedeu apenas à sua conversão em TCMF.

Assim, em 31 de Dezembro de 1999 foram convertidos Obrigações do Tesouro em TCMF no valor total de 7.018,3 milhões de escudos, estando ainda por transformar um saldo total de Obrigações do Tesouro no valor de 7057,6 milhões de escudos.

I.2.4 - Situação Monetária

I.2.4.1 - Análise do Comportamento Monetário em 1999

A política monetária continuou a ser orientada pelos objectivos macro-económicos estabelecidos nos últimos anos, nomeadamente, a estabilidade dos preços e a defesa das contas externas.

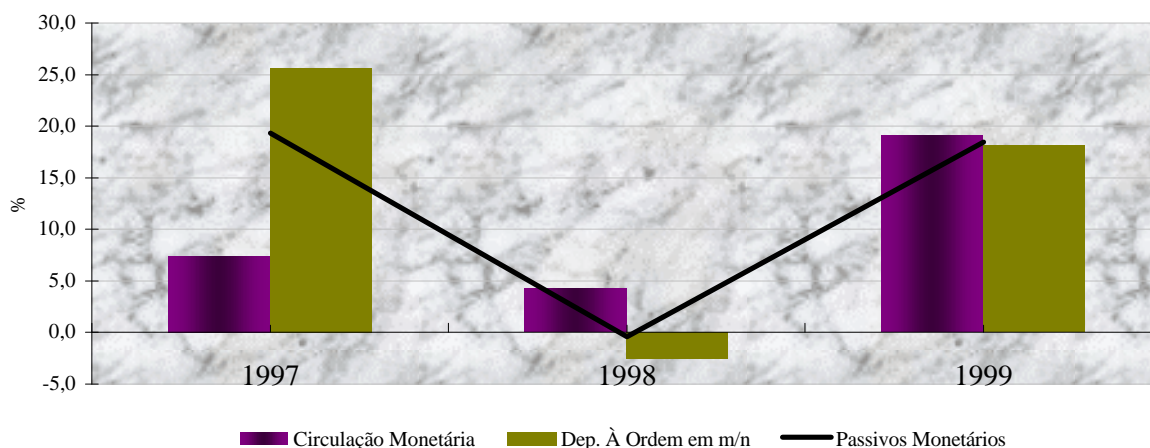
Da análise das estatísticas monetárias reportadas a 31 de Dezembro de 1999, constata-se que a massa monetária apresenta no final de 1999, uma taxa de crescimento de 15.2%, comportamento esse que reflecte a aceleração registada nos Passivos Monetários, M1 (moeda em circulação mais depósitos a ordem), na ordem dos 18,4% em 1999, contra os -0,4% verificado em 1998.

Quadro I.2.4.1: Evolução dos Principais Indicadores da Situação Monetária*(Unidade: Milhões de ECV)*

	1997	1998	1999	Taxa de Var. 99/98
Reservas Internacionais Líquidas dos Sistema	5.613,0	5.646,4	8.110,1	43,6
Activo Externo Líquido do BCV	4.272,4	3.496,2	6.476,2	85,2
Reservas Internacionais Líquidas	1.642,0	727,5	4.589,9	530,9
Outros Activos Externos Líquidos	2.630,4	2.768,7	1.886,3	(31,9)
Activo Externo Líquido da Banca	1.340,6	2.150,2	1.633,9	(24,0)
Crédito Interno Líquido	27.712,3	29.403,8	32.762,8	11,4
Crédito Líquido ao SPA	13.125,6	13.078,9	13.874,7	6,1
Crédito à Economia	14.586,7	16.324,9	18.888,1	15,7
M2	30.974,6	31.806,3	36.629,2	15,2
Passivos Monetários	15.519,8	15.455,8	18.306,9	18,4
Passivos Quase Monetários	15.454,8	16.350,5	18.322,3	12,1

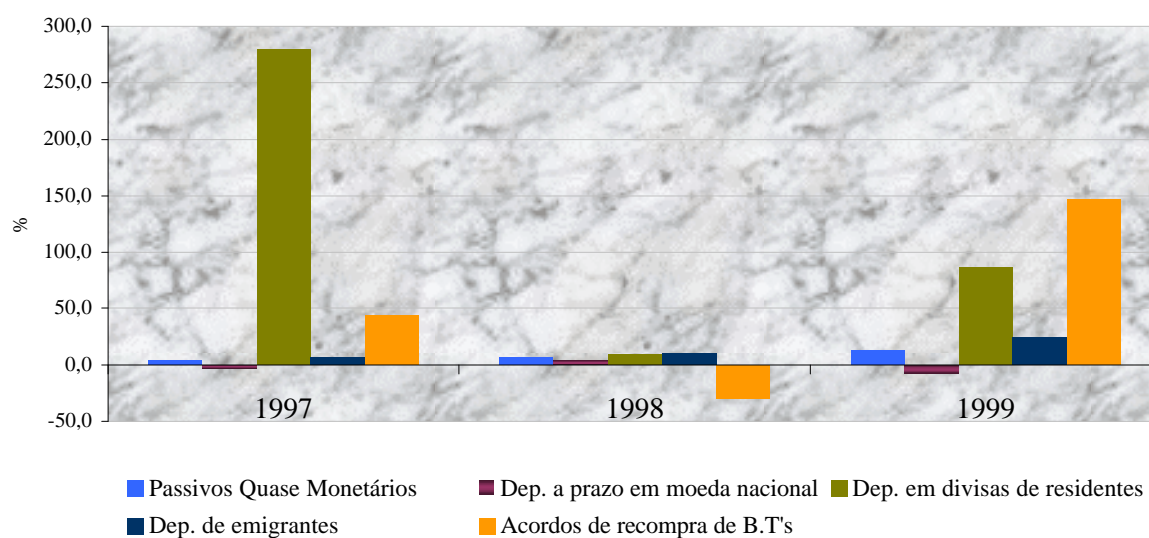
Fonte: BCV

Com efeito, em 1999, verificou-se uma grande expansão tanto da moeda em circulação como dos depósitos à ordem em moeda nacional, que passaram de 4,3% e -2,5% em 1998, para se situar nos 19,1% e 18,1%, respectivamente. De salientar que o acréscimo registado na moeda em circulação deveu-se, essencialmente, às despesas públicas reservadas financiadas essencialmente pelas receitas das privatizações e à entrada de divisas associadas ao mesmo processo.

Gráfico I.2.4.1.1: Evolução dos Passivos Monetários e suas Componentes

Por sua vez, os Passivos Quase Monetários cresceram a uma taxa de 12,1%, reflectindo, sobretudo, os aumentos verificados nos depósitos em divisas e de emigrantes, da ordem dos 87,1% e 24,1%, respectivamente. Os depósitos a prazo em moeda nacional, à semelhança do ano transacto, continuaram a decrescer -7,9%, fruto da re-orientação de algumas poupanças para outros produtos financeiros nomeadamente, os Bilhetes do Tesouro, enquanto alternativa de aplicação, motivada pela queda da taxa de juro líquida, associada à cobrança do imposto de capital. Assim, assiste-se a uma contínua re-alocação da carteira de activos do sector residente não financeiro para aplicações em títulos de tesouro

Gráfico I.2.4.1.2: Evolução dos Passivos Quase Monetário e suas Componentes



I.2.4.2 - Contrapartidas da Criação Monetária

Em 1999, os Activos Internos Líquidos do Sistema Bancário registaram uma expansão da ordem dos 9,0%, passando de 26.159,9 milhões de escudos em 1998 para 28.519,1 milhões de escudos em 1999.

O Crédito Interno Líquido cresceu 11,42 % em 1999, ao passar de 29.403,3 milhões de escudos em 1998 para se situar nos 32.761,3 milhões de escudos em 1999, sendo tal variação explicada sobretudo pela diminuição verificada nos depósitos do sector público.

Gráfico I.2.4.2.1: Evolução dos Activos Internos Líquidos

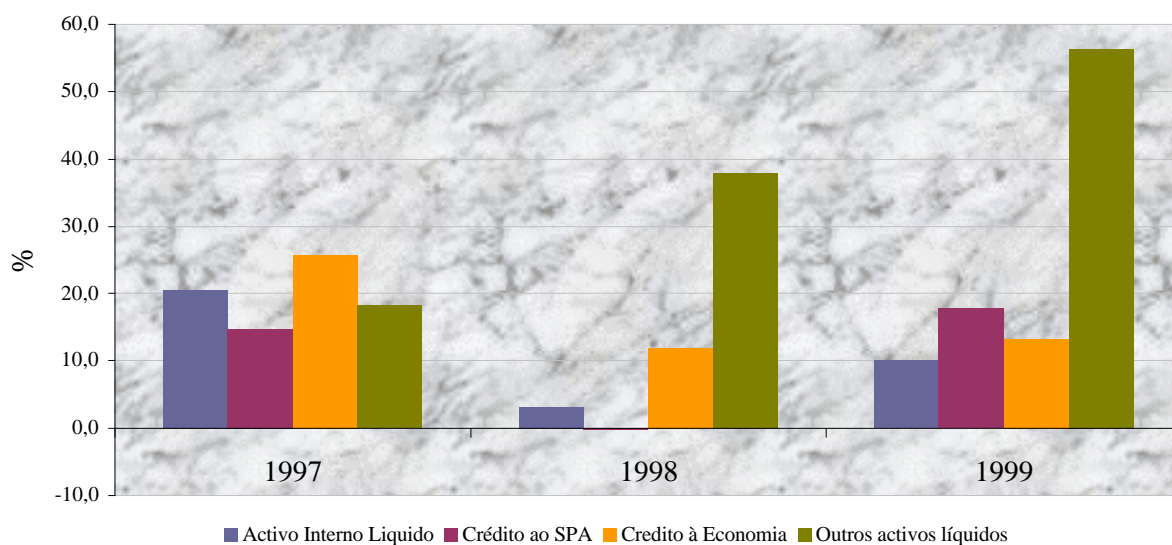
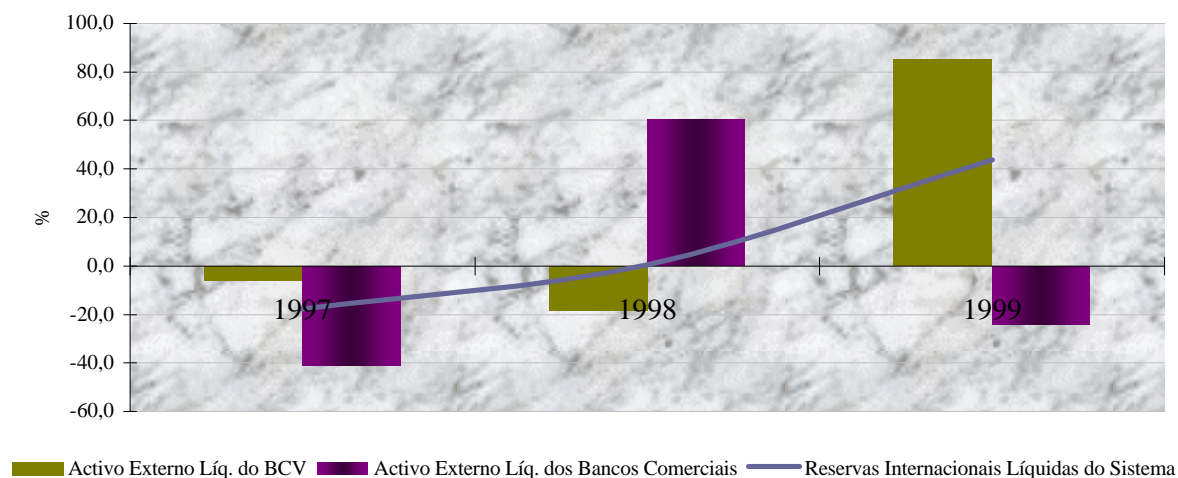


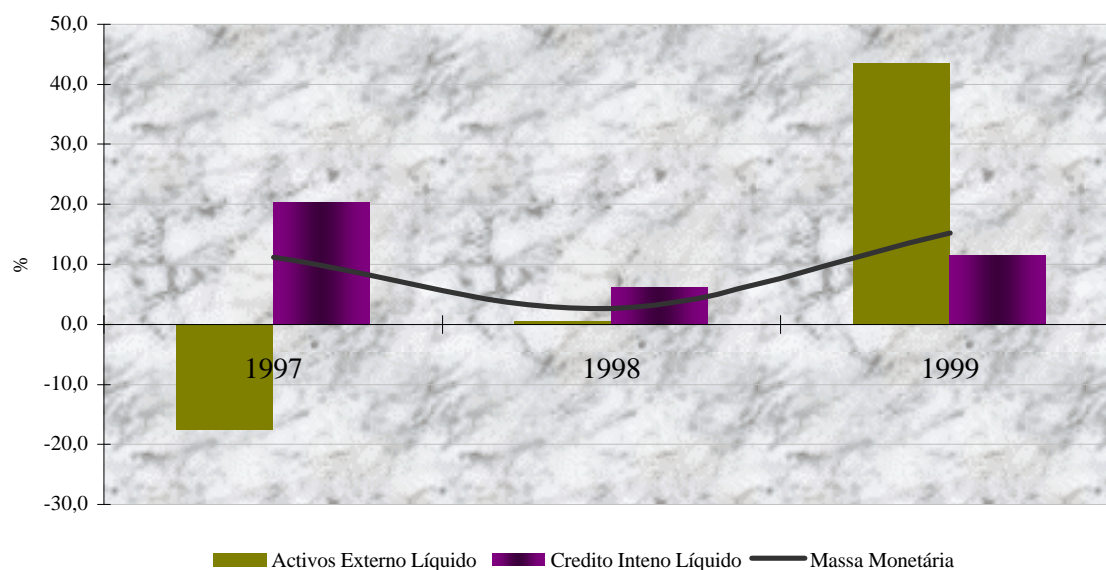
Gráfico I.2.4.2.2: Evolução dos Activos Externos Líquidos do Sistema



O Crédito à Economia teve um crescimento muito próximo do previsto (15,72% *versus* 15,32%), o qual resultou da implementação de um conjunto de medidas tomadas atempadamente, nomeadamente a persuasão moral, o aumento da taxa de reservas obrigatórias de 15% para 18%.

As disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX) desempenharam um papel fundamental no processo de criação da moeda, tendo atingido os 43,6% contra os 0,6% registados em 1998, devido sobretudo ao encaixe das receitas resultantes da alienação das participações do Estado no capital de algumas empresas públicas.

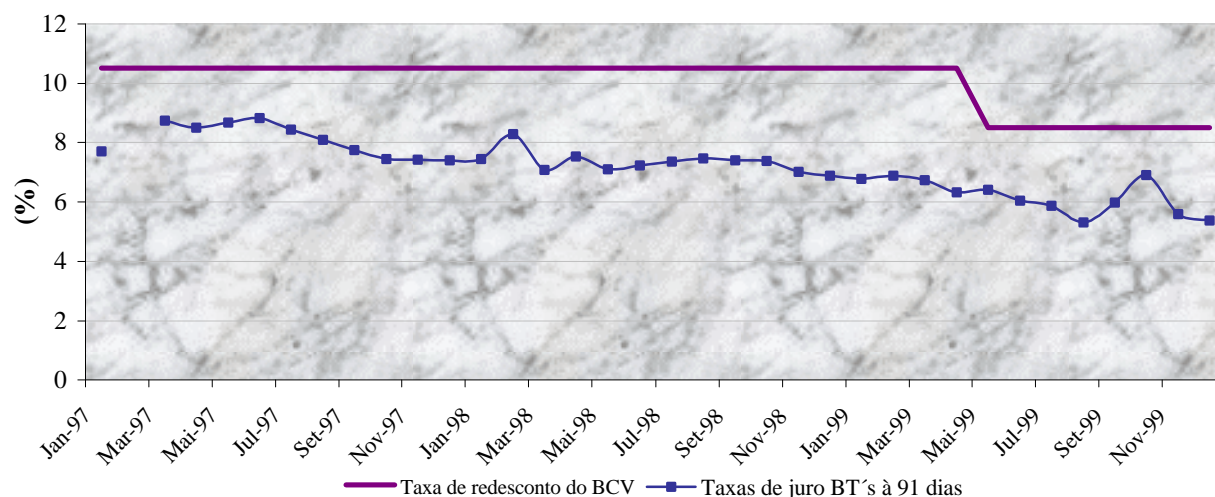
Gráfico I.2.4.2.3: Evolução das Componentes da Massa Monetária



I.2.4 - Taxas de Juro

Na prossecução dos objectivos finais da política monetária, o Banco central tem utilizado um conjunto de instrumentos com o propósito de influenciar o andamento das taxas de juro.

Gráfico I.2.4.1: Evolução das Taxas de Referência do BCV

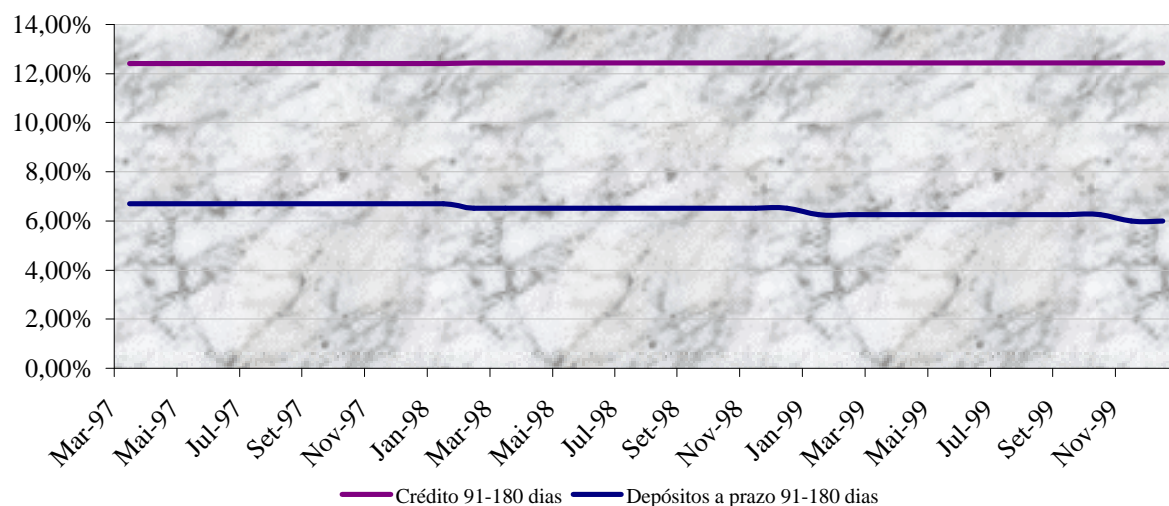


A taxa de colocação dos Bilhetes de Tesouros que vêm decrescendo desde 1997 conhece uma acentuada redução no 2º semestre de 1999, tendo atingido o mínimo histórico (5,37%) em Dezembro.

A acompanhar tal evolução o Banco de Cabo Verde reduziu a taxa de redesconto de 10,5% para 8,5%.

Seguindo a directriz do Banco Central, os bancos comerciais apresentaram uma ligeira diminuição, na generalidade, das taxas praticadas nas suas operações activas.

Gráfico I.2.4.2: Evolução das Taxas de Juros Activos e Passivos dos Bancos



Por seu turno, as taxas passivas acusaram um decréscimo mais significativo, de 6,25% em Março de 1997, atinge os 6,00% em Novembro e Dezembro de 1999, resultando num alargamento da margem bancária de 5,7 p.p. para 6,0 p.p.

Quadro 1.2.4: Taxas de Juros Médias Praticadas nas Operações Bancárias

Natureza	Prazos	1997	1998	1999				1999
				1ºTrim.	2ºTrim.	3ºTrim.	4ºTrim.	
Crédito								
	Até 90 dias	12,229%	12,514%	12,000%	12,000%	12,000%	11,958%	11,990%
	De 91 a 180 dias	12,417%	12,436%	12,438%	12,438%	12,438%	12,438%	12,438%
	De 181 dias a 1 ano	12,792%	12,743%	12,750%	12,750%	12,750%	12,700%	12,738%
	De 1 a 2 anos	13,750%	13,693%	13,688%	13,688%	13,688%	13,654%	13,679%
	De 2 a 5 anos	13,792%	13,550%	13,563%	13,563%	13,563%	13,446%	13,533%
	De 5 a 10 anos	13,875%	13,615%	13,625%	13,625%	13,625%	13,608%	13,621%
	Superior a 10 anos	13,875%	13,615%	13,625%	13,625%	13,625%	13,492%	13,592%
Depósito por tipo								
	Conta depósito/Caderneta	2,875%	2,875%	1,500%	1,500%	1,500%	1,500%	1,500%
Depósito a prazo								
	De 30 a 60 dias	4,167%	4,128%	4,125%	4,083%	4,000%	4,163%	4,093%
	De 61 a 90 dias	5,500%	5,271%	5,125%	4,917%	4,500%	4,498%	4,760%
	De 91 a 180 dias	6,700%	6,540%	6,250%	6,250%	6,250%	6,083%	6,208%
	De 181 dias a 1 ano	8,000%	7,719%	7,788%	7,788%	7,788%	7,504%	7,717%
	Superior a 1 ano	7,750%	7,750%	7,575%	7,575%	7,575%	7,575%	7,575%
	Conta poupança-habitação	9,000%	9,000%	8,500%	8,500%	8,500%	8,500%	8,500%
Depósitos Emigrantes								
	Depósitos a ordem	2,438%	2,438%	1,750%	1,750%	1,750%	1,750%	1,750%
Depósitos a prazo								
	De 30 a 60 dias	5,000%	5,000%	5,000%	5,333%	6,000%	4,667%	5,250%
	De 61 a 90 dias	5,500%	5,500%	5,500%	5,833%	6,500%	5,500%	5,833%
	De 91 a 180 dias	8,158%	7,867%	7,867%	7,928%	8,050%	8,083%	7,982%
	De 181 dias a 1 ano	9,500%	9,156%	9,125%	9,167%	9,250%	8,917%	9,115%
	Superior a 1 ano	9,500%	9,500%	9,500%	9,500%	9,500%	9,500%	9,500%
Conta poupança								
	De 30 a 180 dias	7,100%	7,100%	7,100%	7,100%	7,100%	7,100%	7,100%
	De 181 dias a 1 ano	8,250%	8,250%	8,250%	8,222%	8,167%	8,167%	8,201%
	Superior a 1 ano	8,208%	8,333%	8,333%	8,333%	8,333%	8,333%	8,333%

Fonte : BCV

Caixa n.º 4: Instrumento de Política Monetária

Em 1999, para a obtenção dos objectivos preconizados para a política monetária, o Banco de Cabo Verde procedeu à:

- alteração do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa de 15% para 18%;
- à criação de títulos para a regularização da liquidez no sistema, TRM e TIM.

I.3- Sistema Financeiro

I.3.1- Introdução

O Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade de supervisão dos sistema bancário e segurador, tem por finalidade, acompanhar e fiscalizar o funcionamento das instituições de crédito, seguradoras (incluindo a mediação e as sociedades gestoras de fundos de pensões) e o mercado de capitais, com vista a promover a sã concorrência, bem como o aumento da solidez e eficiência no sistema financeiro em prol da defesa dos interesses dos aforradores.

Neste âmbito, em 1999, o sistema financeiro foi marcado pelos seguintes desenvolvimentos:

- Criação da instituição parabancária - SISP- Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, com o objectivo de montagem e gestão de sistemas bancários de pagamentos nacionais e internacionais, emissão, gestão e controlo de cartões de crédito, prestações de serviços ligados à sistemas electrónicos de pagamentos de transmissões e gestão de dados;
- A entrada em funcionamento de uma nova agência de câmbios, bem como de uma sociedade de corretagem;
- A implementação do rácio de solvabilidade em função do respectivo risco;
- A regulamentação e a definição dos limites às participações das instituições de crédito noutras sociedades;
- A introdução de algumas alterações ao regulamento do sistema de controlo interno das instituições de crédito e parabancárias;
- Implementação dos limites à concentração de riscos de crédito e afins;
- Foi ainda concedida autorização para que o Governo legisle sobre o sistema financeiro e bancário, com o intuito de redefinir, alargar e assegurar a supervisão do Banco de Cabo Verde sobre a actividade seguradora;

I.3.2- Estrutura Bancária

Em 1999, o universo das instituições bancárias supervisionadas pelo Banco de Cabo Verde, foram as seguintes:

Quadro I.3.2: Estrutura Bancária

Instituições	N.º de Agências	N.º de Trabalhadores
Banco Comercial do Atlântico	17	392
Caixa Económica de Cabo verde	6	103
Sucursal do Baco Totta & Açores	3	23
Banco InterAtlântico	4	55

Fonte: BCV

O Banco Comercial do Atlântico, SARL, detendo um capital social de 1 milhão de contos, possui uma rede de 17 agências, que cobre todas as ilhas do arquipélago e está implantado em quase todos os concelhos do país.

A Caixa Económica de Cabo Verde, SARL, com um capital social de 348 mil contos, possui 6 agências nas principais ilhas do país e delegações dos correios.

A Sucursal do Banco Totta & Açores, com um capital social de 300 mil contos, detém três agências nas cidades da Praia e Mindelo e na vila de Assomada.

O Banco InterAtlântico, com capital social de 300 mil contos, tem como principais accionistas, a Caixa Geral dos Depósitos (70%) e privados cabo-verdianos (30%).

A cobertura bancária do país teve uma melhoria significativa, com o número de balcões abertos ao público a aumentar de 25 para 29.

O ano de 1999 foi marcado pela alienação parcial do capital social detido pelo Estado nos dois bancos públicos, o BCA e a CECV, que doravante apresentarão a seguinte estrutura accionista:

1. Banco Comercial do Atlântico (BCA)

Consórcio CGD/BIA.....	53,2 %
Estado.....	35,4%
Garantia.....	11,4%

2. Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)

INPS.....	29,3%
Montepio Geral.....	26,2%
Estado.....	15,7%
Correios.....	15,0%
Impar.....	10,5%
Privados cabo-verdianos.....	3,4%

I.3.2.1- Estrutura do Balanço Agregado do Sistema Bancário

A situação patrimonial do sistema, referente ao triénio 97/99, encontra-se reflectida nas principais rubricas do Balanço agregado do sistema, que a seguir se insere:

Quadro I.3.2.1: Estrutura do Balanço Agregado do Sistema

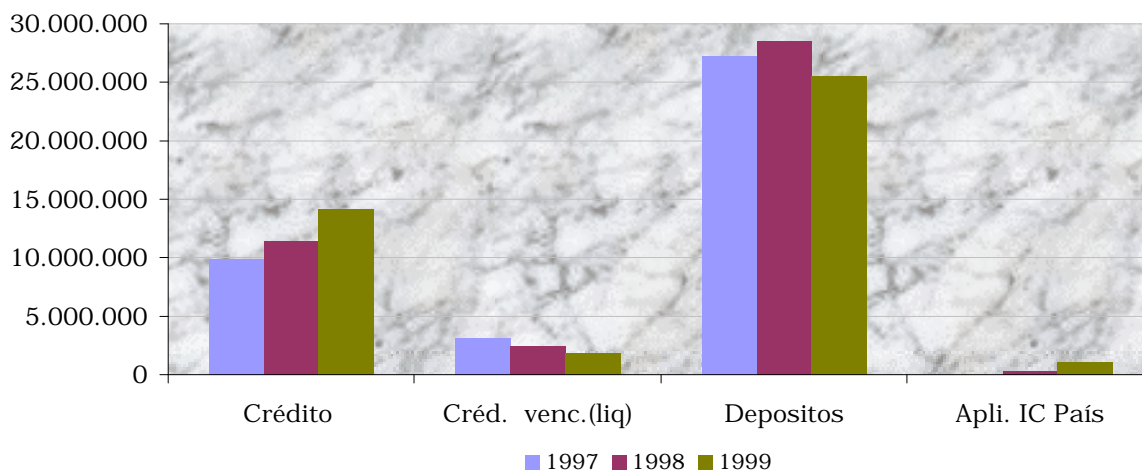
(Unidade: Milhões de ECV)

	Valor			Variação 1998/97		Variação 1999/98	
	1997	1998	1999	Valor	%	Valor	%
Disponibilidades	6.894.217	7.130.842	7.871.339	236.63	3,4	740.497	10,38
Crédito	9.869.321	11.413.789	14.253.589	1.545.468		2.839.809	24,88
Crédito vencido	3.116.584	2.464.167	1.484.832	(652.417)	15,66	(979.335)	(39,74)
Títulos:	10.904.458	9.802.499	9.839.500	(1.101.959)	(20,91)	37.001	0,4
OT e BT	10.904.458	9.802.499	3.036.200		(10,11)		
TCMF			6.830.300				
Provisões Créd. Venc.	1.094.851	1.196.420	1.558.216	101.569		361.796	30,23
					9,2		
Activos Líquidos	33.198.633	35.471.754	38.645.477	2.273.121	6,85	3.173.723	8,89
Depósitos	27.223.771	28.515.205	33.330.546	1.291.434	4,74	4.815.341	16,88
Recursos Inst. Crédito	947.345	883.899	1.029.576	(63.446)	(6,70)	145.677	16,48
Recursos próprios	2.675.556	3.392.460	2.924.412	716.905	26,79	(468.048)	(13,79)

Fonte: BCV

O volume total de actividade dos bancos em 1999, quando medido pelos activos líquidos totais do sistema, regista um crescimento na ordem dos 8,89%, valor esse ligeiramente superior ao registado no período de 1997/98 (6,85%). Essa melhoria ficou a dever-se, por um lado, ao aumento no crédito concedido pelos bancos e, por outro lado, à reclassificação do crédito vencido em crédito normal.

Gráfico I.3.2.1: Volume de Actividades dos Bancos



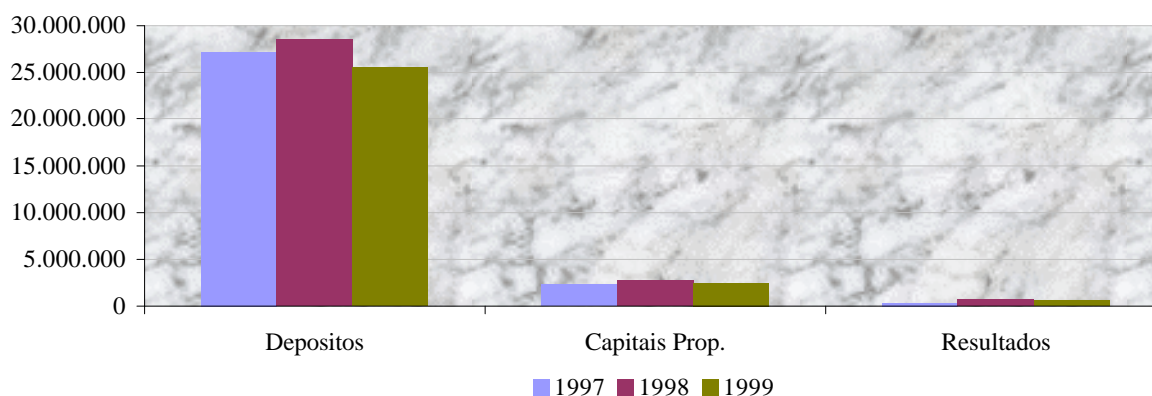
I.3.2.1.1- Evolução do Activo

Em 1999, o crédito foi a rubrica de maior expressão no activo, tendo passado de 32,18% em 1998 para 36,8% em 1999, o que representa um acréscimo de 24% relativamente ao ano anterior.

O crédito vencido representou 10,42 % do total do crédito em 1999, quando em 1998 representava 21,59% do total da carteira do crédito. De notar que tal evolução tem em conta o novo regime prudencial quanto à metodologia de classificação da carteira de créditos vencidos dos bancos, de acordo com o Aviso sobre a concentração de risco de crédito.

O dinamismo evidenciado pela actividade creditícia dos bancos reflecte também uma certa reorientação quanto ao destino final do crédito, que privilegia o crédito concedido ao sector privado não financeiro.

Gráfico I.3.2.1: Evolução das Principais Rubricas do Activo



I.3.2.1.2 - Evolução do Passivo

No que diz respeito ao passivo, os depósitos dos clientes acusaram um acréscimo de 16.88% em 1999/98, quando no período 1998/97, tinham registado um crescimento da ordem dos 4.74%.

Relativamente aos recursos de instituições de crédito, registaram um acréscimo da ordem dos 16.48% face ao ano anterior.

I.3.2.1.3 - Análise de Demonstração de Resultados do Exercício

Em 1999, os resultados líquidos totais do sistema bancário sofreram um decréscimo considerável 9.75%, que se justifica pelo aumento considerável registado nas provisões do exercício, que representa um valor superior ao triplo das provisões efectuadas em 1998. Na verdade, os resultados líquidos totais do sistema bancário foi da ordem dos 260.9 milhões de escudos em 1999, contra os 690,0 milhões de escudos registados no ano anterior.

Por seu turno, a margem financeira (juros e proveitos equiparados – juros e custos equiparados) acusou um decréscimo de 18% em 1999 face ao ano anterior. Em 1999, tais valores assumem particular importância, na medida em que, os rendimentos gerados por operações estritamente bancárias (os juros de crédito interno + os de outros juros) no montante de 2.470,1 milhões de escudos, não foram suficientes para cobrir os encargos com os juros e custos equiparados (1.195,4 milhões de escudos) adicionado das amortizações de exercício (225,8 milhões de escudos) e das provisões (1.624,8 milhões de escudos).

A margem de juros diminui para 1.274,6 milhões de escudos, em Dezembro de 1999, e o índice de cobertura dos gastos administrativos pela margem de juros situou-se em 81%.

Quadro I.3.2.1.3: Evolução da Demonstração de Resultados do Exercício

(Unidade: Milhões de ECV)

Demonstração de Resultados	1997	1998	1999	% 98/97	% 99/98
1. Juros e Proveitos Equiparados	2.334.282	2.633.748	2.470.135	12,83	(6,21)
2. Lucros de op. Financeiras	3.457.220	924.980	1.496.017	(73,24)	61,74
3. Rendimento de Títulos	594.774	949.997	100.754	100,754	100,00
4. Outros Proveitos Operacionais	50.359	75.623	1.681.594	59,72	77,01
5. Ganhos Extraordinários			151.710	50,17	200,00
Soma	6.436.635	4.584.348	5.900.211	(40,06)	28,00
1. Juros e Custos Equiparados	1.166.434	1.129.137	1.195.441	(3,20)	5,87
2. Prejuízos de Op. Financeiras	3.217.329	764.785	1.376.247	(76,23)	80,51
3. Custos Fixos	745.819	893.296	1.032.470	19,77	15,58
4. Outros Custos Operacionais	23.748	26.976	36.239	13,59	34,34
5. Perdas Extraordinárias	18.047	138.579	52.072	667,8	(62,42)
Soma	5.171.377	2.952.733	3.692.467	(42,56)	25,20
CASF FLOW	1.264.258	1.631.575	2.207.744	28,95	35,3
Amortizações do Exercício	180.873	491.152	225.830	171,55	(54,02)
Provisões do exercício	720.877	424.814	1.624.898	(41,07)	382,5
Resultados antes de impostos	363.508	715.609	357.015	137,11	(50,00)
Impostos s/ Resultado Exercício	0	25.530	96.107		384,00
Resultado do Exercício	363.508	690.079	260.908	137,11	(62,00)

Fonte: BCV

I.3.2.2 - Indicadores do Sistema Bancário

Quadro I.3.2.2: Evolução dos Principais Indicadores do Sistema Bancário

(Unidade: milhares ECV)

	1997	1998	1999
Margem de Juros	1.167.848	1.504.611	1.274.694
Meios Libertos (1)	1.264.258	1.631.575	2.207.743
ROA = Resultados líquidos/activo médio	1,0	1,95	0,67
ROE = Resultados líquidos/capitais próprios médios	15,39	25,54	22,8

Fonte: BCV

Apesar de se verificar uma certa estabilidade no comportamento de alguns indicadores, são notórios os progressos verificados nos meios libertos e no volume de actividade.

Por seu turno, a rendibilidade do sistema, medida pelos rácios entre os resultados líquidos e o activo médio – ROA e entre os resultados líquidos e os capitais próprios médios – ROE, diminuiu em 1999.

A rendibilidade líquida dos capitais próprios situou-se nos 9,7% em 1999, quando em 1998, atingiu os 25,5%.

De salientar que o aumento das provisões e a transformação dos títulos da dívida pública em TCMF contribuíram significativamente para a redução da rendibilidade do sistema. O facto de os TCMF terem sido remunerados a uma taxa de 4,5%, enquanto que o rendimento médio dos títulos atingiu os 8,8% em 1998, o que reflectiu negativamente no resultado líquido do exercício e nos indicadores supra referidos.

I.3.3- Estrutura Seguradora

O mercado segurador cabo-verdiano é constituído por duas companhias seguradoras, detendo a seguinte distribuição do capital social:

- **GARANTIA**- Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL:

O capital social da Garantia é de 200 mil contos, tendo sido adquirida em 95% pelo consórcio CGD/BIA, no âmbito da privatização.

- **ÍMPAR**- Companhia Cabo-verdiana de Seguros, SARL.

Quanto à seguradora Ímpar, detém um capital social de 400 mil contos, com a seguinte estrutura accionária:

Parte Portuguesa.....	62,8%
Parte Cabo-verdiana.....	37,3%

Por outro lado, a Ímpar, criou com o Montepio Geral de Portugal e 51 privados, um consórcio, que adquiriu, através de concurso público internacional, 71.5% de participação do capital social detida pelo Estado na Caixa Económica de Cabo Verde, SARL.

I.3.3.1 - Mercado Segurador

No que respeita ao mercado segurador, em 1999, poderemos referir como aspecto mais significativo, a ligação da actividade seguradora com a bancária, dando início à integração das seguradoras em grupos financeiros.

A nível de evolução dos prémios, verificamos que houve uma quebra no crescimento global dos ramos, ou seja, 13.59% contra 23.80% em 1998. O Ramo Vida evidenciou, uma vez mais, o seu fraco peso na estrutura da carteira. O Ramo Automóvel continuou a ser o mais representativo dos Ramos Não Vida.

Apesar do crescimento da actividade seguradora, o grau de penetração do seguro na economia, tradicionalmente medido pelo indicador Prémios/PIB, continua pouco significativo, 1.56% em 1999 contra 1.54 em 1998.

Em termos de densidade dos seguros, o rácio prémios de seguro directo por habitante residente, ficou em cerca de 21 dólares, em 1999.

Quadro I.3.3.1: Grau de Penetração e Densidade do Seguro (%)

	1998	1999
Índice de Penetração do Seguro	1,54	1,56
Prémios de Seg. Directo p/ capitais (USD)	19,97	21,08

Fonte: Ímpar; Garantia; BCV

No plano legal, o ano de 1999 foi marcado pela continuação da reestruturação legislativa introduzida em anos anteriores. Por outro lado, o ano de 1999 serviu, também, para que o sector conseguisse adaptar-se às mudanças introduzidas, em 1998, com o novo Plano de Contas e com as novas tarifas do Seguro Obrigatório de Automóvel.

I.3.3.2 - Carteira de Prémios

Os Prémios emitidos pelas duas seguradoras no ano de 1999 cifraram-se em 927,3 milhões de escudos, o que representa, relativamente ao exercício anterior, um aumento de 111 milhões de escudos e uma taxa de crescimento de 13.59%.

Quadro I.3.3.2: Evolução e Estrutura da Carteira por Ramos de Actividade

(Unidade: milhares de ECV)

	1997	1999	Em %		1999	Em %	
			Var.	Peso		Var.	Peso
Vida	14.817	16.121	8,8	2,0	17.271	7,0	2,0
Acidentes e Doença	94.978	102.522	7,9	13,0	06.664	4,0	12,0
Incêndio e out. danos	61.253	76.621	25,1	9,0	2.007	(6,0)	8,0
Automóvel	226.449	325.321	43,7	40,0	55.257	40,0	49,0
Transportes	224.219	237.778	5,9	29,0	22.619	(6,0)	24,0
Responsabilidade Civil	16.671	18.537	11,2	2,0	8.309	53,0	3,0
Diversos	20.993	39.666	88,9	5,0	5.141	(37,0)	3,0
Total	659.380	816.556	23,8	100,0	927.268	14,0	100,0

Fonte: Garantia; Ímpar; BCV

Na estrutura da carteira, continuou a verificar-se o maior peso dos Ramos Automóvel e Transportes, com uma representatividade de 49% e 24%, respectivamente.

Em termos de ramos de seguro, saliente-se os seguintes aspectos:

A) Ramo Vida

O Ramo Vida registou um acréscimo de 7,13%, ao passar de 16121 contos em 1998 para 17271 contos em 1999. Não obstante o crescimento verificado, o peso do seguro de vida na economia cabo-verdiana encontra-se ainda muito baixo, 1,56%.

B) Ramo não Vida

O Ramo não Vida acusou, em 1999, um acréscimo de 13,7%, valor inferior ao verificado em 1998, que foi da ordem dos 24,2%. Para esta evolução, destaca-se a contribuição significativa dos ramos Ramo Automóvel e Transporte, ao atingir os montantes de 455,3 e 222,6 milhões de escudos, respectivamente.

Resume-se, de seguida, o comportamento de cada um dos ramos não vida.

B1) Acidentes e doença

Apresentou uma taxa de crescimento da ordem dos 4%, ao passar de 102,5 milhões de escudos em 1998 para 106,6 milhões de escudos em 1999. De salientar, à semelhança do que aconteceu no ano anterior, a preponderância da modalidade acidentes de trabalho neste ramo.

B2) Incêndio e outros danos em coisas

Este ramo tem mantido um comportamento oscilatório nos últimos anos, tendo aumentado 6,4% em 1999, passando de 72,0 milhões de escudos em 1998 para 76,6 milhões de escudos em 1999.

B3) Ramo automóvel

O seguro Automóvel com uma representatividade de 49% na estrutura da carteira, chamou a si quase metade da produção durante o exercício de 1999, o que, tal como em anos anteriores, evidencia bem a elevada concentração da produção nesse ramo.

B4) Transportes

O Ramo Transportes, com um volume de produção de 222,6 milhões de escudos e com um peso na carteira de 24%, afirmou-se, uma vez mais, como o segundo maior ramo do ramo Não Vida.

B5) Responsabilidade civil

Continua a ser um ramo de fraca expressão na estrutura da carteira, 3% embora, tenha apresentado, em 1999 a maior taxa de crescimento entre os ramos não vida, 53%.

B6) Diversos

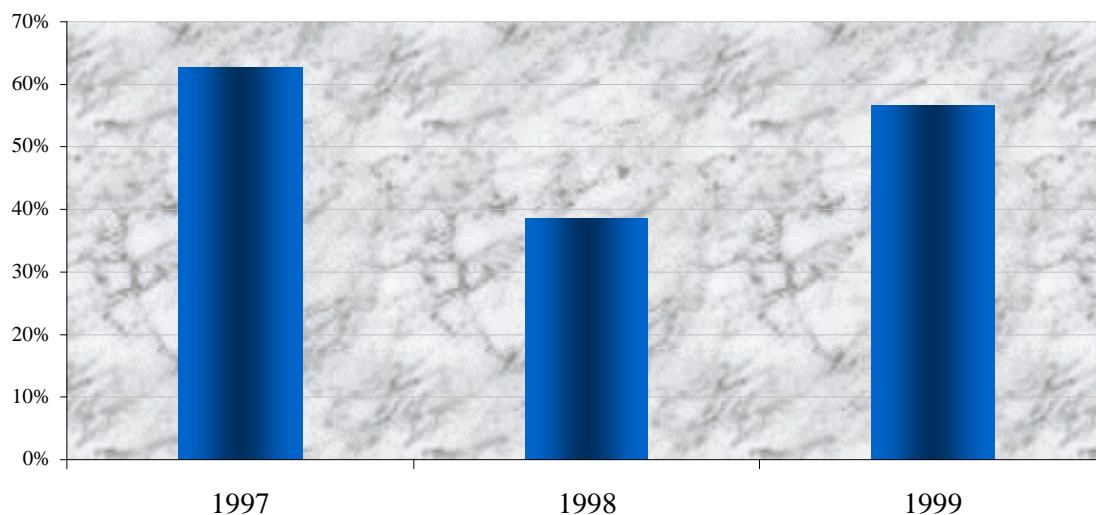
Trata-se de um ramo residual onde a modalidade de seguro caução é a que tem maior peso. Em 1999, este ramo acusou um decréscimo significativo da ordem dos 37%, registando o valor de 25,1 milhões, contra 39,7 milhões de escudos no ano anterior.

I.3.3.3- Sinistralidade

As indemnizações processadas cresceram cerca de 65.4% em 1999, ao passarem de 297.3 milhões de escudos em 1998, para se situar nos 491.6 milhões de escudos em 1999.

A taxa de sinistralidade global acusou um agravamento em 1999, ao atingir os 52.8%, contra 38,6% em 1998.

Gráfico I.3.3.3: Taxa de Sinistralidade Global



A alta taxa de sinistralidade registada no Ramo Transporte (74,8% contra 19,8% em 1998), consequência de um grande sinistro (acidente de aviação) ocorrido no ano em análise, foi a principal responsável do aumento das indemnizações no período.

Quadro I.3.3.3: Evolução dos Prémios e Indemnizações, por Ramos de Actividade

(Unidade: milhares de ECV)

Ramos	Prémios	Indemnizações	Taxa de Sinistralidade
Vida	17.271	5.875	39,6%
Acidentes de Trabalho	106.664	31.989	29,9%
Incêndios e outros danos	72.007	13.057	18,1%
Automóvel	455.257	258.370	56,7%
Transportes	222.619	166.452	74,8%
Responsabilidade civil	28.309	3.303	11,7%
Diversos	25.141	12.652	50,2%

Fonte: Garantia; Impar; BCV

I.3.3.4 - Aspectos Financeiros

Provisões Técnicas

Em 31/12/99, as provisões técnicas totais de seguro directo totalizaram os 618,1 milhões de escudos. Dessas provisões, assumem particular importância as provisões para sinistro, que em 1999, representavam cerca de 90% da totalidade das provisões técnicas brutas.

Quadro I.3.3.4.1: Evolução das Provisões Técnicas Brutas

(Unidades: milhares ECV)

	Valor		Var. em %	Estrutura	
	1998	1999		1998	1999
Provisões Matemáticas	19.620	17.889	(8,8)	3,55	2,8
Provisões p/ riscos em curso	47.177	43.873	(7,0)	8,54	7,3
Prov. Para sinistros a pagar	485.484	556.556	14,6	87,91	90,0
Dos quais:					
Vida	518	2.343	352,2		
Acidente de trabalho	89.893	91.906	2,2		
Automóvel	264.653	288.851	9,1		
Outros	130.420	173.455	33,1		
Total	552.281	618.318	12,0	100,0	100,0

Fonte: Garantia, Impar; BCV

Em 1999, os activos representativos das provisões técnicas ascendiam a 65,7 % do investimento total, confirmando a tendência de crescimento anteriormente verificada.

Quadro I.3.3.4.2: Cobertura das Provisões Técnicas

(Unidade: milhares ECV)

	1998	1999
Provisões Técnicas	552.211	618.318
Activos Representativos	599.717	650.860
Grau de Cobertura	109.3%	105.3%

Fonte: Garantia; Impar; BCV

Investimentos

As aplicações relativas ao conjunto da actividade seguradora cresceram cerca de 12% comparativamente ao ano anterior, passando de 840.4 milhões de escudos em 1998 para 941.9 milhões de escudos em 1999.

A contribuir para esta evolução, destaca-se as contribuições das rubricas investimento em Títulos de Rendimento Variável (BT), investimento em Títulos de Rendimento Fixo com 36% e 26%, respectivamente, enquanto que a contribuição dos Edifícios e Terrenos, foi da ordem dos 21.7%.

Quadro I.3.3.4.3: Investimentos Totais*(Unidade: milhares ECV)*

	1998	1999	Variação
Imóveis	132.578	205.280	55%
Edifícios e Terrenos	132.578	205.280	
Investimentos financeiros	706.685	735.444	
Títulos de rendimento variável	339.690	341.685	4%
Títulos de rendimento fixo	222.209	244.606	
Depósitos à prazo nas Instituições de crédito	144.786	149.153	
Depósitos junto de empresas cedentes	1.142	1.142	0%
Total	840.404	941.866	12%

*Fonte: Garantia, Impar; BCV***Margem de Solvência**

O montante da margem a constituir em 1999 pelas empresas de seguro ascendeu a 198,5 milhões de escudos, representando um aumento de 9% face ao ano anterior. Por seu turno, a taxa de cobertura acusou uma diminuição da ordem dos 46,3 p.p. de 1998 para 1999.

Quadro I.3.3.4.4: Cobertura da Margem de Solvência

	1998	1999
Elementos constitutivos da margem	676.000	644.752
Montante da margem a constituir	182.001	198.538
Taxa de cobertura	371,0%	324,7%

Fonte: Garantia; Impar; BCV

Capítulo II

Relatório e Contas

II.1 - Actividades do Banco de Cabo Verde em 1999

II.1.1 - Atribuições do Banco de Cabo Verde

II.1.1.1 - Execução da Política Monetária

A condução da política monetária em Cabo Verde tem sido efectuada no sentido da manutenção dos principais equilíbrios macro-económicos, com destaque para a estabilidade monetária, visando o controlo da inflação e a defesa das contas externas do país.

O ano de 1999 foi marcado pelo abandono da metodologia da política monetária utilizada até então, o controlo directo do crédito através de plafonds, e, a passagem para a metodologia de controlo indirecto, através da variação da base monetária.

II.1.1.2- Execução da Política Cambial

A nível da política cambial, continua em vigor o acordo de cooperação cambial assinado entre Cabo Verde e Portugal, assente na criação das condições de suporte para a convertibilidade do escudo caboverdiano.

Tem havido uma certa estabilidade cambial, devido ao acordo acima referido, não obstante ter-se registado uma pequena apreciação do escudo em termos reais, da ordem dos 1,1%.

Este novo contexto de funcionamento da economia caboverdiana foi acompanhado da liberalização das operações cambiais associadas as transacções correntes, por forma a que sejam criadas condições para a aceitação das obrigações estatuídas no artigo VIII dos Estatutos do FMI, no quadro do Acordo de Stand By.

II.1.2 - Organização e Gestão Interna

As competências do Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade monetária, estão contidas na Lei n.º 2/V/96, que aprova a Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde. Neste âmbito, o Banco tem como atribuição principal colaborar na definição e execução da política monetária, tendo em conta a manutenção da estabilidade dos preços no quadro da política económica global do Governo, para além de garantir a supervisão do sistema financeiro.

Por forma a materializar o estatuído na lei acima referida, o BCV vem implementando um conjunto de reformas que tendem a adaptar o banco às novas situações criadas pelo dinamismo da actividade bem como a melhorar a sua performance. Assim, o Conselho de Administração do Banco, aprovou a seguinte estrutura orgânica:

- Gabinete do Governador (GG);
- Gabinete de Assessoria (GAS);

- Departamento de Serviços Jurídicos (DSJ);
- Departamento de Emissão e Mercados (DEM);
- Departamento de Supervisões das Instituições Financeiras (DSU);
- Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos (DEE);
- Departamento de Contabilidade e Sistemas de Pagamento (DCP);
- Departamento de Recursos Humanos, Planeamento e Sistemas de Informação (DRS);
- Departamento de Administração Geral e Serviços de Apoio (DAP).

Seguidamente, iremos referir as missões principais afectas a cada departamento, bem como as actividades desenvolvidas em 1999, por forma a alcançar os objectivos acima traçados.

II.1.2.1 - Departamento de Mercados (DEM)

O Departamento de Mercados tem como objectivo principal a execução das políticas monetária e cambial definidas, utilizando os instrumentos de intervenção do Banco nos domínios dos mercados interbancário e de crédito, bem como a gestão das reservas.

Por forma a atingir os objectivos cometidos a este departamento, durante o ano de 1999, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Acompanhamento do Programa Monetário, controlo e gestão da dívida pública interna e da liquidez do sistema bancário;
- Desenvolvimento do mercado monetário, conferindo-lhe um papel activo no controlo monetário, criando para o efeito, alguns instrumentos de intervenção, nomeadamente, os TIM e os TMR através do Aviso n.º 11/99 de Julho;
- Implementação da central de apontes e protestos e do SWIFT;
- Publicação do Aviso n.º 13/99, de 12 de Julho, que altera o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa;
- Publicação do Aviso n.º 15, de 16 de Agosto, que determina a livre aquisição por residentes até o limite de 1.000.000\$00 (um milhão de escudos) em divisas de notas e moedas;
- Entrada em circulação da nota de 2000\$00;
- Preparação da nota de 5000\$00 bem como do respectivo Decreto-Lei para apreciação do Governo;
- Apresentação de uma proposta de aviso, com vista a retirada de circulação da nota de 1000\$00.

II.1.2.2 - Departamento de Estatística e Estudos Económicos (DEE)

O Departamento de Estatística e Estudos Económicos tem por missão essencial a elaboração de estudos económicos e a compilação de dados de natureza estatística, directa ou indirectamente concorrentes para o exercício das funções de banco central, nomeadamente, nos domínios das políticas monetária e cambial.

Neste âmbito, foram implementadas as seguintes acções:

- Desenvolvimento do sistema de informação estatística;
- Desenvolvimento de estudos, com vista à implementação do controlo indirecto em parceria com o DEM;
- Realização de inquéritos para a balança de pagamentos, tendo sido efectuadas deslocações às ilhas de Santiago, São Vicente e Sal;
- Elaboração de boletins mensais de conjuntura e trimestral de estatística;
- Elaboração do Programa Monetário para o ano 2000.

II.1.2.3 - Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras (DSU)

O Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras tem por missão essencial acompanhar e fiscalizar o funcionamento das instituições de crédito, seguradoras (incluindo as sociedades de mediação e sociedades gestoras de fundos de pensões) e o mercado de capitais, com vista a promover a sã concorrência, bem como o aumento da solidez e eficiência no sistema financeiro em prol da defesa dos interesses dos aforradores.

Por forma a materializar os objectivos preconizados, desenvolveram-se as seguintes acções:

No domínio bancário;

- Publicação de diversos avisos de natureza prudencial, nomeadamente sobre os limites mínimos de provisões, fundos próprios; aquisição obrigatória de títulos da dívida pública; cobertura do activo imobilizado; rácio liquidez /cobertura de responsabilidades; rácio de solvabilidade; participação das instituições de crédito em outras sociedades e limite da participação no capital das instituições de crédito;
- Realização de inspecções às instituições de crédito;

No domínio segurador;

- Definição do quadro de revisão do regime jurídico relativo ao seguro obrigatório automóvel e do seguro obrigatório de acidentes de trabalho;
- Adopção de um plano de exploração para o Ramo Vida;
- Início de acções, visando a organização do registo dos mediadores de seguro e a sua certificação, mediante prestação de um exame;
- Elaboração de um projecto de diploma, visando a definição de contratos de seguro, por forma a determinar quais as entidades que poderão ser autorizadas a exercer a actividade;
- Aprovação da Apólice Uniforme do Seguro Obrigatório Automóvel;
- Realização de um programa de informatização relacionado com o registo das instituições, com a certificação e exame de mediadores.

Foram ainda durante, o ano, autorizadas a funcionar uma agência de câmbios e uma sociedade de corretagem.

II.1.2.4 - Departamento de Contabilidade e Sistemas de Pagamento (DCP)

O Departamento de Contabilidade e Sistemas de Pagamentos tem como missões fundamentais definir e gerir o sistema contabilístico-financeiro do Banco, assegurar a participação do banco no sistema de pagamentos nacional e preparar e acompanhar a execução do banco na vertente exploração e de investimento.

Por forma a atingir tais objectivos, desenvolveram-se as seguintes actividades:

- Consolidação do sistema contabilístico, tendo em vista a disponibilização de informação de qualidade, padronizada e actualizada;
- Deu-se continuidade ao processo de descentralização contabilística;
- Assunção por parte do DCT das operações da Câmara de Compensação, enquanto representante e executor;
- Arranque do sistema de compensação integrado nas praças de São Vicente e Sal, tendo sido nomeados executantes em todas as praças, sistema esse que foi precedido de uma acção de formação.

II.1.2.5 - Departamento de Recursos Humanos, Planeamento e Sistemas de Informação (DRS)

O Departamento de Recursos Humanos, Planeamento e Sistemas de Informação tem como objectivos principais gerir, numa perspectiva organizacional, as estruturas orgânicas do Banco, assegurando o desenvolvimento e a afectação dos recursos humanos pelas unidades organizacionais, concebendo e elaborando o Plano Estratégico do Banco e desenvolvendo os sistemas de informação.

As actividades desenvolvidas com vista a atingir estes objectivos, foram as seguintes:

- Redimensionamento da mão-de-obra e adequação às estruturas;
- Início da reconversão de todas as aplicações informáticas do BCV;
- Estudo de efectivos (termos de referência);
- Diagnóstico da previdência social (que modelo a adoptar);
- Reformulação da capacitação profissional, assente na formação de base e contínua.

II.1.2.6 - Departamento de Administração Geral e Serviços de Apoio (DAP)

O Departamento de Administração Geral e Serviços de Apoio teve como missão fundamental a organização e adaptação do espaço do trabalho na decorrência da nova estrutura do Banco de Cabo Verde.

De entre outras actividades desenvolvidas destaca-se:

- Modernização do sistema de previdência social;
- Melhoria da gestão do sistema de saúde;
- Divulgação dos normativos do BCV.

II.1.2.7 - Departamento de Serviços Jurídicos (DJU)

O Departamento de Serviços Jurídicos tem por missão prestar serviços jurídicos em todas as matérias de relevância jurídica solicitadas pelo Banco de Cabo Verde.

Para materializar tais objectivos, produziu-se legislação tanto no âmbito da actividade bancária, como da seguradora, sendo de destacar a seguinte:

- Elaboração do regime jurídico relativo aos Certificados de Depósitos, Participações Sociais, Crédito ao Consumo e Mercado Monetário Interbancário;
- Elaboração o regime jurídico das Sociedades Corretoras e Sociedades Financeiras de Corretagem e das Sociedades de Gestão e Investimento Imobiliário;
- Elaboração do regime jurídico das Obrigações Hipotecárias;

De salientar, que as actividades anteriormente cometidas à Unidade de Recuperação de Crédito (URC), foram absorvidas pelo DJU, em Novembro de 1999, no âmbito da nova estrutura orgânica do BCV.

II.1.3 - Cooperação com Outras Instituições

No âmbito das relações com Organismos Internacionais e outros Bancos Centrais, em 1999, o Banco de Cabo Verde (BCV), fez-se representar nos seguintes eventos:

- Participação no International Bond Congress, promovido pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) em Londres, em Fevereiro de 1999;

- Participação nas Segundas Jornadas do Fórum Atlântico, em Açores, no período 26 a 30 de Maio de 1999;
- Participação na Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores, em Lisboa, no período 21 a 24 de Maio;
- Organização pelo BCV do 6º Encontro de Directores de Recursos Humanos dos Bancos Centrais dos PALOP de Portugal em Maio de 1999;
- Participação na VI Reunião dos Governadores dos Bancos Centrais dos Países Francófonos, em Beirute-Líbano, de 25 a 27 de Julho de 1999;
- Participação no Seminário sobre Risk Assessment & Management for Central Bankers, Londres, de 12 a 16 de Setembro de 1999;
- Participação no 9º Encontro de Lisboa entre as delegações dos PALOP e de Portugal à Assembleia Anual do FMI/Banco Mundial, de 20 a 23 Setembro;
- Participação na Assembleia Anual Conjunta do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial, Washington, D.C., USA, de 24 de Setembro a 1 de Outubro de 1999;
- Organização do Seminário sobre a Função de Supervisão Bancária na Praia, de 8 a 11 de Novembro;
- Organização da Vª Conferência da ASSEL na Praia, de 15 a 17 de Novembro de 1999;
- Participação na 6ª reunião ordinária do Comité Encarregue dos Assuntos Económicos e Monetários da AMAO – Agência Monetária da África Ocidental, de 24 a 26 de Novembro de 1999;
- Participação na 26ª reunião ordinária do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais membros da CEDEAO em 3 de Dezembro de 1999.

II.2 - Relatório e Contas

A situação patrimonial do Banco referente, a 31 Dezembro de 1999, encontra-se reflectida no Balanço, que a seguir se insere.

(Unidade: ECV)

Activo	1999	1998	Variação
Activos sobre o exterior			
Disponibilidades e outras aplicações	7.368.752.691,95	4.058.771.054,64	3.309.981.637,31
Crédito a não residentes	620.509.636,00	932.568.086,00	(312.058.450,00)
Títulos estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Activos s/ organismos internacionais			
Fundo Monetário Internacional			
Posição de reserva	233.720,00	233.651,00	69,00
Direitos de saque especiais	2.188.073,00	5.399.352,00	(3.211.279,00)
Participação em Organ. Internacionais	207.970.307,00	207.970,307,00	0,00
Crédito Interno			
Crédito às instituições financeiras	331.373.168,00	361.648.668,00	(30.275.500,00)
Crédito ao Estado	1.588.421.328,00	6.593.995.251,95	(5.005.573.923,95)
Crédito à outros residentes	411.592.278,00	435.154.920,50	(23.562.642,50)
Títulos nacionais	5.798.110.000,00	0,00	5.798.110.000,00
Medalhística/numismática	83.084.454,00	86.289.758,00	(3.205.304,00)
Imobilizado	272.064.249,00	297.303.068,00	(25.238.819,00)
Devedores e outros activos	92.507.535,00	114.813.700,00	(22.306.165,00)
Contas de regularização	473.188.510,92	3.985.266.683,81	(3.512.078.172,89)
Activo Total	17.249.996.130,87	17.079.414.500,90	170.581.629,97

Fonte: BCV

(Unidade: ECV)

Passivo	1999	1998	Varição
Notas/Moedas em circulação	6.625.027.254,00	5.802.928.450,00	822.098.804,00
Responsab. p/c/ o exterior			
Responsabil. p/c/ o exterior/ME			
Depósitos e outras responsab.	23.412.303,00	0,00	23.412.303,00
Empréstimos e outros créditos	0,00	550.549.504,00	(550.549.504,0)
Fundo Monetário Internac.			
Atrib. Direitos de Saque Espec.	91.440.080,00	82.460.000,00	8.980.080,00
Respons. p/c/ out. organ. Intern.	64.546.800,00	56.553.000,00	7.993.800,00
Responsab. p/c/ o exterior/MN			
Resp. p/c/ outros organ. Intern.	1.253.014.396,00	867.573.891,00	385.440.505,00
Respons. P/c/ residentes			
Responsab. p/c/ residentes/ME			
Responsabil. p/ c/ instit. Finan.	16.189.200,00	19.944.146,00	(3.754.946,00)
Responsabil. p/c/Estado	1.899.444.149,00	3.033.091.285,91	1.133.647.136,09
Respons. P/c/ outros residentes	0,00	0,00	0,00
Responsab. p/c/ residentes/MN			
Responsabil. p/ c/ instit. Finan.	5.028.919.424,92	5.117.120.391,08	88.200.966,16
Responsabil. p/c/Estado	572.651.023,00	238.556.090,52	334.094.932,88
Respons. P/c/ outros residentes	0,00	0,00	
Exigibilidades diversas	31.609.859,30	31.616.789,30	(6.930,00)
Contas de regularização	81.702.931,44	61.965.230,30	19.737.701,14
Provisões	1.170.962.665,00	849.021.810,70	321.940.854,30
Reservas	103.713.987,00	75.134.031,00	28.579.956,00
Capital	200.000.000,00	200.000.000,00	0,00
Resultados transitados	0,00	0,00	0,00
Lucro do exercício	87.362.058,21	92.899.781,09	5.537.722,88
Passivo Total	17.249.996.130,87	17.079.414.500,90	170.581.629,97

Fonte: BCV

II.2.1 - Análise do Balanço

O quadro síntese, que a seguir se apresenta, possibilita a análise comparativa face ao ano anterior, dos agregados do activo e do passivo do Banco de Cabo Verde. Constatase uma variação patrimonial positiva da ordem dos 170.581.629\$97 (cento e setenta milhões, quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e nove escudos e noventa centavos), o que corresponde a um aumento de 1%, relativamente ao ano anterior.

(Unidade: ECV)

Activo	1999	1998	Variação
Disponibilidades e outras aplicações	7.368.752.369,95	4.058.771.054,64	3.309.981.637,31
Crédito a não residentes	620.509.636,00	932.568.086,00	(312.058.450,00)
Títulos estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Fundo Monetário Internacional			
Posição de reserva	233.720,00	233.651,00	69,00
Direitos de saque especiais	2.188.073,00	5.399.352,00	(3.211.279,00)
Participação em outros Org. Int.	207.970.307,00	207.970.307,00	0,00
Crédito às Inst. Financ.	331.373.168,00	361.648.668,00	(30.275.500,00)
Crédito ao Estado	1.588.421.328,00	6.593.995.251,95	(5.005.573.923,95)
Crédito à outros residentes	411.592.278,00	435.154.920,50	(23.562.642,50)
Títulos nacionais	5.798.110.000,00	0,00	5.798.110.000,00
Medalhística/Numismática	83.084.454,00	86.289.758,00	3.205.304,00
Imobilizado	272.064.429,00	297.303.068,00	(25.238.639,00)
Devedores e outros activos	92.507.535,00	114.813.700,00	(22.306.165,00)
Contas de regularização	473.188.510,92	3.985.266.683,81	(3.512.078.172,89)
Activo Total	17.249.996.130,87	17.079.414.500,90	170.581.629,97

Fonte: BCV

(Unidade: ECV)

Passivo	1999	1998	Variação
Notas/Moedas em circulação	6.625.027.254,00	5.802.928.450,00	80.098.804,00
Depósitos outras responsab. Ext-ME	23.412.303,00	0,00	23.412.303,00
Empréstimos out. créditos Ext-ME	0,00	550.549.504,00	(550.549.504,00)
Responsab. p/ c/ Org. Intern-ME	64.546.800,00	56.553.000,00	7.993.800,00
Atribuição de DSE	91.440.080,00	82.460.000,00	8.980.800,00
Respons. p/ c/ Org. Intern-MN	1.253.014.396,00	867.573.891,00	385.440.505,00
Responsab. p/ c/ Inst. Financ-ME	16.189.200,00	19.944.146,00	(3.754.946,00)
Responsab. p/ c/ Estado-ME	1.899.444.149,00	3.033.091.385,91	1.133.647.236,91
Respons. p/ c/ outros residentes-ME	0,00	0,00	0,00
Responsab. p/ c/ Inst. Financ-MN	5.028.919.424,92	5.117.120.391,08	88.200.966,16
Responsab. p/ c/ Estado-MN	572.651.023,00	238.556.090,52	334.094.932,88
Exigibilidades diversas	31.609.859,00	31.616.789,30	(6.930,00)
Contas de regularização	81.702.931,44	61.965.230,30	19.737.701,14
Provisões	1.170.962.665,00	849.021.810,70	321.940.854,30
Reservas	103.713.987,00	75.134.031,00	28.579.956,00
Capital	200.000.000,00	200.000.000,00	0,00
Resultados transitados	0,00	0,00	0,00
Lucro do exercício	87.362.058,21	92.899.781,09	(5.537.722,88)
Total	17.249.996.130,87	17.079.414.500,90	170.581.629,97

Fonte: BCV

De entre as variações mais significativas, destaca-se o seguinte:

Do lado do **ACTIVO:**

- Aumento de 3.309.981.637\$31 nas disponibilidades e outras aplicações no exterior resultante, essencialmente, do aumento das disponibilidades (37,5%) e outras aplicações sobre o exterior (28,5%), sendo estas, aplicações por conta do Tesouro e disponibilidades da Cabo Verde Trust Fund.
- Diminuição de 312.058.450\$00 no Crédito a não residentes, que se justifica pelas amortizações feitas no período.
- A contracção verificada no Crédito Interno, cujo valor líquido expurgadas as provisões foi de 2.331.386.774\$00, que também é justificada pelas amortizações efectuadas no período.
- Acréscimo na rubrica Títulos Nacionais de 5.798.110.000\$00, que se deve, fundamentalmente, à transformação de títulos da Dívida Pública do Estado, concretamente os protocolos 36/98 e 37/98, para além das participações financeiras do Banco (subscrição) numa sociedade que foi recentemente criada, a Sociedade Financeira Interbancária e Sistemas de Pagamento (SISP).
- Decréscimo de 2.306.165.\$00, no imobilizado, provocado pela diminuição do imobilizado corpóreo (aquisições na sub-rúbrica equipamento) e, em particular, dos imóveis de serviço próprio.
- Acréscimo de 3.512.078.172\$89 na rubrica Contas de Regularização, que se explica essencialmente, pela redução registada nas contas, Tesouro-Conta a Regularizar e Diversos.
- A rubrica Créditos a não Residentes refere-se a aplicações no estrangeiro no âmbito de acordos de pagamentos entre Estados bem com outras aplicações de médio e longo prazos em instituições estrangeiras.

Do lado do **PASSIVO:**

- Aumento de 820.098.804\$00 em Notas e Moedas em Circulação, o que representa um aumento de 14,2% em relação a 1998, que se explica, em parte, pela procura pontual verificada no último mês do ano.
- A contracção de 1.133.647.236\$91 verificada na rubrica Responsabilidades para com residentes em Moeda Estrangeira (ME)-Estado, deve-se, essencialmente, ao registo da contrapartida dos depósitos da Cabo Verde Trust Fund, enquanto que as responsabilidades para com residentes em Moeda Nacional (MN)-Estado acusam um acréscimo de 334.094.932\$88. Parcialmente, verifica-se, também, uma redução nos depósitos de instituições financeiras, tanto em ME como em MN.
- A rubrica Provisões, agregado da situação líquida, apresenta um aumento de 321.940.854\$30, motivado pelo reforço de provisões para fazer face aos pagamentos de pensões de reforma, provisões para outros riscos e provisões para tratamento do pessoal no exterior.

Seguidamente, inclui-se referências relativas ao conteúdo de determinadas rubricas, tendo em conta que não foram mencionadas noutros capítulos deste relatório.

A moeda estrangeira encontra-se valorizada ao câmbio médio do último dia útil do mês de Dezembro.

A rubrica Disponibilidades e Outras Aplicações representa disponibilidades sobre não residentes, exigíveis a curto prazo em moeda estrangeira. Incorpora depósitos de Cabo Verde Trust Fund no valor de 1.607.993.825\$00 tendo como contrapartida responsabilidades em ME, pelo mesmo montante, até à sua transferência para a entidade gestora.

Os Activos sobre Organismos Internacionais referem-se a posição junto do Fundo Monetário Internacional e a participações em outros Organismos Internacionais.

Fundo Monetário Internacional

Posição de reserva : posição activa líquida perante o FMI

# Quota FMI Moeda Nacional.....	1.221.624.748\$00
# Depósito do FMI-M Nacional - Conta n.º 1.....	(1.221.391.028\$00)
	23.720\$00

Direitos de saques especiais no valor de 2.188.073\$00, representa 14.836 DTS, unidade de conta do Fundo Monetário Internacional.

Participações em Outros Organismos Internacionais representa participações nos seguintes organismos:

Banco Africano de Desenvolvimento.....	111 427 600\$00
Afreximbank-Banco Africano de Exportação e Importação.....	86 500 000\$00

Encontra-se realizado 40% do valor subscrito pelo Banco

Banco Mundial.....	6 695 138\$00
Associação Internacional de Desenvolvimento.....	3 347 569\$00

O agregado Financiamento ao Estado refere-se a protocolos de financiamentos assinados com o Estado de acordo com o estipulado na Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde.

A rubrica Créditos a Outros Residentes inclui créditos de natureza comercial que por força do protocolo de separação do Banco - transferência de activos e passivos para o BCA - ficaram no Banco de Cabo Verde. Encontram-se cobertos de provisão em cerca de 83 %.

A rubrica Imobilizações apresenta a seguinte desagregação:

(Unidade: ECV)

	Activo	Amortizações	Activo Líquido
Imóveis ao serviço próprio	221.348.272\$00	95.737.391\$00	125.610.881\$00
Outros imóveis	86.925.565\$00	24.074.283\$0	62.851.282\$00
Equipamento:			
Mobiliário e material	2.170.308\$00		2.170.000\$00
Máquinas e ferramentas	191.972.308\$00	134.854.485\$00	57.117.823\$00
Equipamento informático	5.507.000\$00		5.507.000\$00
Instalações interiores			
Material de transporte			
Património artístico	2.895.713\$0		2.895.713\$00
Outras imobil. Corpóreas	353.279\$00		353.279\$00
Incorpóreas	19.608.651\$00	19.091.629\$00	517.022\$00
Total	530.780.788\$00	273.757.788\$00	257.023.000\$00

Fonte: BCV

A sub-rúbrica Imobilizações em Curso apresenta a seguinte desagregação:

Imóveis.....	9.264.718\$00
Equipamento.....	5.911.005\$00

O agregado Contas de Regularização reflecte situações internas e transitórias, apresentando a seguinte composição:

Proveitos a receber.....	26.725.000\$00
Despesas com custo diferido.....	164.994.000\$00
Outras contas internas e de regularização.....	281.703.000\$00

No passivo a rubrica Notas e Moedas em Circulação traduz valores em poder dos agentes económicos, ou seja, notas e moedas fora da tesouraria do Banco de Cabo Verde.

A rubrica Responsabilidades para com Organismos Internacionais Moeda Estrangeira inclui:

- Atribuição de Direitos de Saques Especiais no valor de 91.440.000\$00, correspondente a 620 000 DTS.
- Participação do Banco de Cabo Verde por realizar no Afreximbank no valor de 60.000.000\$00, representativo de 60% de participação de capital naquele organismo.

A rubrica responsabilidades para com Organismos Internacionais Moeda Nacional representa depósitos de organizações internacionais no Banco de Cabo Verde.

As Responsabilidades para com Residentes-ME representam depósitos de Instituições Financeiras no país em ME.

Responsabilidades por conta do Estado ME no valor de 1.899.444\$00, representando depósitos de projectos de investimentos financiados por parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde e a contrapartida do activo relativo aos depósitos da Cabo Verde Trust Fund- Fundo de Estabilização da Dívida Interna no valor de 1.607.994\$00.

Depósitos de Instituições Financeiras no País MN, refere-se, predominantemente, aos depósitos associados ao cumprimento das reservas mínimas de caixas.

Responsabilidades para com o Estado referentes a depósitos de projectos de investimentos, bem como os desembolsos de linhas de créditos cedidos por organismos internacionais e geridos até à separação pelo Banco de Cabo Verde, tendo atingido o montante de 572.651.000\$00.

A rubrica Exigibilidade Diversas refere-se, essencialmente, ao saldo da conta moedas retiradas de circulação, que representa a responsabilidade do Banco perante terceiros detentores, enquanto não se cumprir o respectivo prazo de prescrição.

Moedas retiradas de circulação c/ Banco.....	31.329.000\$00
Outras exigibilidade.....	197.849\$00

A Rubrica Contas de Regularização no valor de 61.965.230\$00, compreende contas transitórias passivas. Incluem-se os saldos das seguintes contas:

Custos a pagar.....	4.438.000\$00
Outras contas de regularização.....	77.265.000\$00

Relativamente a Situação Líquida o agregado Provisões apresenta a seguinte segregação:

Provisões para pensões de reforma.....	687.573.000\$00
Provisões para pensões de sobrevivência.....	28.403.000\$00
Provisões p/ Tratamento exterior.....	41.750.000\$00
Outras provisões.....	413.276.000\$00

Capital Social no valor de 200 000 000\$00, de acordo com a Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde.

II.2.2 - Demonstração de Resultados do Exercício

O apuramento de resultados do exercício reportado a Dezembro de 1999, encontra-se explicitado no mapa Demonstração de Resultados do Exercício, que a seguir se insere:

(Unidade: ECV)

Custos e Perdas	Ano 1999	Proveitos e Ganhos	Ano 1999
Juros e Custos Equiparados	16.967.808,00	Juros e Proveitos Equiparados	872.301.311,00
Juros de Resp.para com Exterior	8.356.874,00	De Operações com o Exterior	33.640.366,00
Juros de Resp.para com Residentes	8.610.934,00	De Financ.a Inst. Financ.do país	33.643.649,00
Comissões e outros Custos Bancarios	2.971.433,00	De Financiamento ao Estado	764.492.797,00
Prejuízos em Operações Financeiras	8.821.757,36	De Titulos Nacionais	1.287.907,00
Prejuízos em Operações Cambiais	8.821.757,36	De outros Juros	39.236.592,00
Prejuízos em outras Oper. Financeiras	0,00		
Gastos Gerais Administrativos	363.841.877,00	Rendimento de Titulos	0,00
Custos com Pessoal	292.126.775,00		
Renumerações	109.253.356,00	Lucros em Oper. Financeiras	138.704.763,87
Encargos Sociais	172.714.179,00	Lucros em Oper. Cambiais	137.992.817,87
Outros Custos com Pessoal	10.159.240,00	Lucros em Oper. Financeiras	711.946,00
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	71.715.102,00		
Fornecimentos de Terceiros	16.705.468,00	Comissão e outros Prov. e Lucros	231.383.842,00
Serviços de Terceiros	55.009.634,00		
Custos com Emissão Amortiz. Notas	15.313.546,00	Reposição de Provisões	0,00
Outros Custos e Prejuízos	14.997.172,00		
Amortizações do Exercício	28.654.252,00		
Provisões do Exercício	701.589.390,00		
Para Activos sobre o Exterior	502.476.880,00		
Para Riscos Diversos	199.112.510,00		
Total de Custos	1.153.157.235,36	Total de Proveitos	1.242.389.916,87
Perdas Extraordinárias	6.418.907,30	Ganhos Extraordinárias	4.548.284,00
Total Custos e Perdas	1.159.576.142,66	Total Proveitos e Ganhos	1.246.938.200,87
Resultado do Exercício	87.362.058,21		

Fonte : BCV

II.2.2.1 - Análise da Demonstração de Resultados do Exercício

O exercício de 1999 apresenta um saldo positivo de 87.362.058\$80, traduzindo, em relação ao resultado apurado no ano anterior, uma diminuição de 5.537.722\$80.

O quadro Síntese Comparativa de Resultados, que se segue, reflecte a evolução das principais componentes da Demonstração de Resultados do Exercício nos anos de 1998 e 1999.

(Unidade: ECV)

DESIGNAÇÃO	DEZEMBRO/99	DEZEMBRO/98	VARIAÇÃO
PROVEITOS E GANHOS			
PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO	1.242.389.916,87	1.185.646,57	56.743.590,30
Juros e Proveitos Equiparados	872.301.311,00	905.914.529,40	(33.613.218,40)
Lucros em Operações Financeiras	138.704.763,87	111.595.313,77	27.109.450,10
Comissões e Outros Prov. e Lucros	231.383.842,00	22.916.784,40	208.467.057,60
Reposição de Provisões	0,00	145.219.699,00	(145.219.699,00)
GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	4.548.284,00	443.762.150,40	(439.213.866,40)
1 – TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	1.246.938.200,87	1.629.476,97	(382.470.276,10)
CUSTOS E PERDAS			
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	1.153.157.235,36	1.213.033.351,06	(59.876.116,06)
Juros e Custos Equiparados	16.967.808,00	13.979.796,00	2.988.012,00
Comissões e Out. Custos Bancários	2.971.433,00	1.647.264,00	1.324.169,00
Prejuízos em Operações Financeiras	8.821.757,36	25.093.948,30	(16.272.190,94)
Gastos Gerais Administrativos	363.841.877,00	427.792.972,76	(63.951.095,76)
Custos com Pessoal	292.126.775,00	371.841.705,76	(79.714.930,76)
Remunerações	109.253.356,00	104.506.086,00	4.747.270,00
Encargos sociais	172.714.179,00	261.781.619,76	(89.067.440,76)
Outros Custos c/ Pessoal	10.159.240,00	5.554.000,00	4.605.240,00
Serviços de Terceiros	55.009.634,00	47.917.979,00	7.091.665,00
Fornecimentos de Terceiros	16.705.468,00	8.033.288,00	8.672.180,00
Custos C/Emissão e Amortização .de Notas	15.313.546,00	14.300.196,00	1.013.350,00
Outros Custos e Prejuízos	14.997.172,00	5.610.215,00	9.386.957,00
Amortizações do Exercício	28.654.252,00	32.785.260,00	(4.131.008,00)
Provisões do Exercício	701.589.390,00	691.823.699,00	9.765.691,00
PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	6.418.907,30	323.475.344,82	(317.056.437,52)
2 – TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	1.159.576.142,66	1.536.508.695,88	(376.932.553,22)
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO	89.232.681,51	(27.387.024,49)	116.619.3706,00
(1-2) – RESULTADO DO EXERCÍCIO	87.362.058,21	92.899.781,09	(5.537.722,88)

Fonte: BCV

No tocante aos Proveitos e Ganhos salienta-se as seguintes variações:

- Diminuição de 363.613.218\$40 em Juros e Proveitos Equiparados, que se justifica por um lado, pela redução dos juros de activos sobre o exterior e por outro pela diminuição de créditos e outros activos de natureza comercial;

- Acréscimo de 27.109.450\$10 em Lucros em Operações Financeiras, que se justifica pelo aumento verificado em lucros cambiais de Depósitos à Ordem no estrangeiro, provocado pela valorização do dólar no mercado em relação ao ano anterior;
- Acréscimo de 208.467.057\$60 em Comissões e Outros Proveitos, fruto da mais-valia registada nas flutuações cambiais;
- Decréscimo de 439.213.866\$00 nos ganhos extraordinários.

No que diz respeito aos Custos e Perdas, verifica-se:

- Acréscimo de 2.988.012\$00 em Juros e Custos equiparados, resultante do aumento de juros de Responsabilidade para com o exterior-ME (empréstimo de curto prazo de não residentes);
- Diminuição de 63.951.075\$76 em Gastos Gerais Administrativos, proveniente essencialmente do reforço de provisões no fundo de pensões de reforma e sobrevivência, verificados em 1998;
- Aumento de 9.386.691\$00 em Outros Custos e Prejuízos,, reflectindo o acréscimo verificado na rubrica contribuições para a Assistência Financeira Internacional, referente ao pagamento de quotas e contribuições em atraso;
- A variação positiva de 9.765.691\$00 em Provisões do Exercício, provém do reforço de provisões para créditos de natureza comercial (URC).

II.2.3 - Auditoria

O Balanço e a Demonstração de Resultados do Banco de Cabo Verde, referentes a 31 de Dezembro de 1999, foram auditadas pela firma BDO Binder & Cº.

Órgãos de Administração:

GOVERNADORES

Oswaldo Miguel Sequeira *

Olavo Avelino Garcia Correia

VICE-GOVERNADOR

António Hilário Cruz

ADMINISTRADORES

Vasco Pedro Monteiro Marta

Maria Encarnação Alves Rocha

** Até Setembro de 1999*

